

Ata número onze

Procedimento concursal para admissão à frequência do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP-14ª edição 2013/2014)

No dia 27 de agosto de 2013, pelas 15H00, reuniu o Júri do concurso de admissão ao Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública, nas instalações da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA).

Estiveram presentes o Presidente do Júri, Professor Doutor Zorro Mendes e os vogais efetivos, Dr. Fernando Medeiros e Dr. David Ferraz.

Foram apreciados os seguintes pontos da agenda:

Ponto 1. Análise das alegações recebidas em sede de audiência de interessados

Realizada a audiência dos interessados, e tendo a mesma terminado no passado dia 16 de agosto, o júri procedeu à identificação dos candidatos que se pronunciaram, nos termos do nº 1 e 2 do art.º 31º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, com a redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, a saber:

NOME DO(A) CANDIDATO (A)	RESUMO DAS ALEGAÇÕES ¹
1. ANA CLÁUDIA MARCOS CARVALHO	<p>CONSIDERA A CANDIDATA INSUFICIENTE A FUNDAMENTAÇÃO QUE ACOMPANHA A FICHA DE CLASSIFICAÇÃO INDIVIDUAL DA EPS. A FUNDAMENTAÇÃO É UMA REMISSÃO GENÉRICA PARA O QUE SE PRETENDIA AVALIAR EM CADA PARÂMETRO.</p> <p>CONSIDERA QUE A AVALIAÇÃO ATRIBUÍDA EM CADA UM DOS PARÂMETROS NEM SEMPRE SE ADEQUA AO QUE FOI DITO NA ENTREVISTA OU À FORMA COMO FOI DITO, BEM COMO POR VEZES À PRÓPRIA FUNDAMENTAÇÃO APRESENTADA, PARTICULARIZANDO, NO QUE DIZ RESPEITO AO PARÂMETRO DE "ANÁLISE E SENTIDO CRÍTICO" A AVALIAÇÃO NUMÉRICA ATRIBUÍDA FOI DE 12 VALORES MAS, NO ENTANTO, A FUNDAMENTAÇÃO APRESENTADA PARA A CLASSIFICAÇÃO A ATRIBUIR CORRESPONDE À DE 16 VALORES, DESTE MODO, SOLICITA A CORREÇÃO DA AVALIAÇÃO NUMÉRICA DESTE PARÂMETRO, JÁ QUE TAL SÓ SE PODE TER DEVIDO A UM ERRO.</p> <p>EM RELAÇÃO AO PARÂMETRO DE AVALIAÇÃO DE "PLANEAMENTO E ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS", TENDO SIDO ATRIBUÍDA A CLASSIFICAÇÃO DE 16 VALORES. CONSIDERA QUE FICA AQUEM DAQUILO QUE FOI A DESCRIÇÃO PORMENORIZADA QUE FEZ. CRÊ POIS SER INJUSTA A CLASSIFICAÇÃO DE 16 VALORES.</p> <p>NO QUE DIZ RESPEITO AO PARÂMETRO "ORIENTAÇÃO PARA O SERVIÇO PÚBLICO", NÃO PARECE À CANDIDATA POSSÍVEL QUE NÃO TENHA FICADO DEMONSTRADO UM FIRME E ELEVADO INTERESSE PELA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR.</p> <p>NO ÂMBITO DO CONCURSO DE ADMISSÃO AO CEAGP SALIENTA A CANDIDATA A EXIGÊNCIA, RIGOR E EMPENHO QUE ESTÁ SUBJACENTE AO EXAME ESCRITO DO CEAGP.</p> <p>O EXAME ESCRITO REVELA AINDA UMA AVALIAÇÃO TOTALMENTE OBJETIVA, JÁ QUE O MESMO, SENDO DE ESCOLHA MÚLTIPLA, NÃO ESTÁ DEPENDENTE DA AVALIAÇÃO POR PARTE DE UM TERCEIRO, QUE AINDA QUE FOSSE CONDICIONADA POR PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO, SEMPRE SERIA MENOS OBJETIVA.</p> <p>REFERE A CANDIDATA QUE, DESTE PONTO DE VISTA, A INTRODUÇÃO DO MÉTODO DA EPS, DESDE 2009, NO CONCURSO DE ADMISSÃO AO CEAGP VEIO CARREAR PARA O PROCEDIMENTO UM NÍVEL DE SUBJETIVIDADE QUE NÃO É DESEJÁVEL NEM EFICAZ NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA, QUE SE PRETENDE SEMPRE A MAIS TRANSPARENTE E OBJETIVA.</p> <p>PETICIONA O SEGUINTE:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) QUE SEJA CORRIGIDO O ERRO DA NOTA DA EPS RELATIVA AO PARÂMETRO DE "ANÁLISE E SENTIDO CRÍTICO", DE 12 PARA 16 VALORES, JÁ QUE FOI ESTA A FUNDAMENTAÇÃO PARA A NOTA A ATRIBUIR (CFR. FICHA DE CLASSIFICAÇÃO INDIVIDUAL DA EPS); 2) QUE SEJAM REAVALIADAS AS NOTAS DOS PARÂMETROS "PLANEAMENTO E ORIENTAÇÃO PARA

¹ O resumo apresentado não dispensou, nem dispensa, a consulta e análise aos documentos originais. O texto apresentado corresponde, em parte, a transcrições realizadas dos documentos originais recebidos.

petro...

NOME DO(A) CANDIDATO (A)	RESUMO DAS ALEGAÇÕES ¹
	RESULTADOS" E "ORIENTAÇÃO PARA O SERVIÇO PÚBLICO", RESPECTIVAMENTE DE 16 PARA 20 E DE 12 PARA 16, PELA FUNDAMENTAÇÃO SUPRA APRESENTADA;
	3) QUE, PARA O FUTURO, SEJA REAVALIADA A MANUTENÇÃO OU VALOR DE PONDERAÇÃO DO MÉTODO DE SELEÇÃO EPS, NOS TERMOS E PELAS RAZÕES SUPRA EXPOSTAS.
2. ANA CRISTINA CURRO GOUVEIA	SALIENTA A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL COMO UM DOS ASPECTOS MAIS RELEVANTES DA SUA CANDIDATURA. CONTESTA A AVALIAÇÃO FEITA NO QUE RESPEITA AO PARÂMETRO "ANÁLISE E SENTIDO CRÍTICO" E AO PARÂMETRO "ORIENTAÇÃO PARA O SERVIÇO PÚBLICO". PEDE QUE SEJA REAVALIADO O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA ENTREVISTA PROFISSIONAL DE SELEÇÃO.
3. ANA MARTA MARQUES DUARTE DA PAZ	A CANDIDATA CONTESTA A AVALIAÇÃO DO PARÂMETRO "ANÁLISE E SENTIDO CRÍTICO"; PLANEAMENTO E ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS"; "RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO" E "ORIENTAÇÃO PARA O SERVIÇO PÚBLICO". REFERE QUE A AVALIAÇÃO E JUSTIFICAÇÕES APRESENTADAS NÃO ESPELHAM DE FORMA ALGUMA O SEU PERFIL E EXPERIÊNCIA, NEM SEQUER O QUE FOI FALADO NA ENTREVISTA. DESTA FORMA, PEDE A REAVALIAÇÃO COMPLETA DESTA FASE DA SELEÇÃO.
4. ANA SOFIA QUINTANILHA DA SILVA MARCÃO	A CANDIDATA CONTESTA A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA AOS PARÂMETROS "ANÁLISE E SENTIDO CRÍTICO (AC), RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO (RC), PLANEAMENTO E ORIENTAÇÃO PARA OS RESULTADOS (POR) E "ORIENTAÇÃO PARA O SERVIÇO PÚBLICO (OSP)", POR COMPARAÇÃO A OUTROS CANDIDATOS, FAZ ALUSÃO À EXPERIÊNCIA QUE DETÉM E À SUA PERCEÇÃO RELATIVAMENTE AO DESEMPENHO NA ENTREVISTA, SOLICITANDO REVISÃO DAS NOTAS.
5. ANABELA LOPES VAZ	REQUER A ALTERAÇÃO DA NOTA NO PARÂMETRO 4 – ORIENTAÇÃO PARA O SERVIÇO PÚBLICO. SOLICITA QUE SE TENHA EM CONTA, PARA UMA ANÁLISE COMPLETA DO PROCESSO DE ENTREVISTA, OS SEGUINTE ITENS: ITEM 1- DEVIDO A POSSUIR UMA LICENCIATURA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA CONSIDERA QUE DEMONSTRA INTERESSE EM DUAS ÁREAS ESPECÍFICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ÁREAS ESTAS QUE SE ENCONTRAVAM NAS VÁRIAS PROPOSTAS A CONCURSO, NÃO TENDO SIDO SOLICITADA NENHUMA EM CONCRETO, RECORDA INCLUSIVE TER MENCIONADO DE FORMA BREVE O POSTO DE TRABALHO QUE DEU ORIGEM À MOTIVAÇÃO PARA A SUA CANDIDATURA; ITEM 2- CONSIDERA QUE A REALIZAÇÃO DESTE CURSO É UMA MAIS-VALIA PARA A BOA EXECUÇÃO DAS PRÁTICAS PÚBLICAS NA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR PORQUE PROPORCIONA UMA FORMAÇÃO INTEGRATIVA NA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR TENDO, INCLUSIVE, EMITIDO A OPINIÃO QUE O MESMO DEVERIA SER UMA PRÁTICA CORRENTE DE RECRUTAMENTO PARA TAIS CARREIRAS, NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, POIS APESAR DAS LICENCIATURAS NAS DIVERSAS ÁREAS, A APRENDIZAGEM DE DEVERES E BOAS PRÁTICAS FACULTARIA MAIS SEGURANÇA NA EXECUÇÃO DAS TAREFAS E DO BEM PÚBLICO. MENCIONA TAMBÉM QUE, NO SEU CASO, SERIA IMPORTANTÍSSIMO A FREQUÊNCIA DESTE CURSO PARA UMA MUDANÇA DE CARREIRA, PARA ATUALIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS, NOMEADAMENTE NOVA LEGISLAÇÃO E NOVAS PRÁTICAS PARA O DEVER PÚBLICO. ITEM 3 – A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL QUE FOI MENCIONADA TEVE COMO OBJETIVO DEMONSTRAR A BASE DO INÍCIO DO SEU PERCURSO PROFISSIONAL, CONSIDERANDO QUE TODAS AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS TRANSFORMARAM-NA NUMA MELHOR PROFISSIONAL, CAPAZ DE ENFRENTAR DESAFIOS E RÁPIDA ADAPTAÇÃO À MUDANÇA. CONSIDERA SER UMA PROFISSIONAL COM VÁRIAS ÁREAS DE INTERESSE, TORNANDO-A UMA PROFISSIONAL "MULTITASK" DEVIDO À VARIADA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL. REFERE QUE MENCIONOU EM DIVERSOS PONTOS NA ENTREVISTA QUE PROCURAVA UMA MUDANÇA DE CARREIRA POR ANSIAR NOVOS DESAFIOS. ITEM 4 – REFERENCIA, ATRAVÉS DA SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, VALORES ÉTICOS QUE COLOCA EM PRÁTICA DIARIAMENTE POR FORMA A TORNAR A ADMINISTRAÇÃO MAIS PRÓXIMA DO CIDADÃO; VALORES COMO A TRANSPARÊNCIA, A IMPARCIALIDADE E A LEGALIDADE. A JUSTIÇA E A IGUALDADE. TODOS ESTES VALORES ESTÃO LATENTES NOS PROCEDIMENTOS DIÁRIOS E NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO, NA GESTÃO DE INFORMAÇÃO DE ALUNOS, DOCENTES, NÃO DOCENTES E PÚBLICO EM GERAL. O DEVER DE INFORMAÇÃO E DE PRESTAR APOIO AO CIDADÃO NA SATISFAÇÃO DAS SUAS NECESSIDADES; A INFORMAÇÃO TRANSMITIDA DE FORMA CORRETA, PRESTANDO ESCLARECIMENTOS DOS PROCEDIMENTOS UTILIZADOS PARA AS BOAS PRÁTICAS PÚBLICAS, FORAM OS VALORES MAIS REFERIDOS DURANTE A ENTREVISTA. NOMEADAMENTE REFERE TER DADO EXEMPLO DE COMO O INA MANTÉM OS SEUS CANDIDATOS INFORMADOS E DISPONÍVEIS PARA ESCLARECIMENTOS, TAL COMO PROCURA SEMPRE FAZER. ITEM 5 – DANDO CONTINUIDADE AO REFERENCIADO NO ITEM 1 DESTA AUDIÊNCIA PRÉVIA DOS INTERESSADOS, ABORDA DUAS ÁREAS ONDE INTERESSAVA DESENVOLVER FUNÇÕES – NA ÁREA DA CONTABILIDADE E NA ÁREA DE VENCIMENTOS. PROCURA RELATAR EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS QUE AJUDARAM A CRESCER E MOTIVAR PARA ESTAS DUAS ÁREAS, TENDO REFERENCIADO DESAFIOS E OBJETIVOS QUE FORAM ATINGIDOS E NOVOS PROCEDIMENTOS ADAPTADOS, ESPECIALMENTE NA ÁREA DE VENCIMENTOS E PESSOAL. REFERE TAREFAS ADMINISTRATIVAS QUE REFERE EXECUTAR NESTA ÁREA, DANDO ESPECIAL RELEVÂNCIA AO DEVER DA LEGALIDADE E DA INFORMAÇÃO REFERINDO O EXEMPLO DA APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO DE ESTADO 2013, NA ÁREA DOS VENCIMENTOS, ATÉ DIA 11 DO MÊS DE JANEIRO (PRAZO DA REQUISICÇÃO DE FUNDOS PARA A DIREÇÃO GERAL DE PLANEAMENTO E

[Handwritten signature]

NOME DO(A) CANDIDATO (A)	RESUMO DAS ALEGAÇÕES ¹
	<p>GESTÃO FINANCEIRA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA).</p> <p>PARTILHOU AS DIFICULDADES QUE SENTIU E DA PERSISTÊNCIA PARA O CUMPRIMENTO DE UMA TAREFA DE GRAU DE COMPLEXIDADE ELEVADA, DEVIDO ÀS GRANDES ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS. REFERE TER MOSTRADO BASTANTE ENTUSIASMO COM ESTA EXPERIÊNCIA. NA ÁREA DE PESSOAL MENCIONA O SEU GOSTO PELA SONDAGEM DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO, PLANIFICAÇÃO DE ACÇÕES E A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO NO POSTO DE TRABALHO. MENCIONA O PESO DA SUA EXPERIÊNCIA NA ÁREA DA FORMAÇÃO, POIS CRESCERAM EM COMPETÊNCIAS PESSOAIS E PROFISSIONAIS, NOMEADAMENTE, PLANIFICAÇÃO, CONCRETIZAÇÃO DE OBJECTIVOS, AVALIAÇÃO DOS MESMOS OBJECTIVOS E COMPETÊNCIAS RELACIONAIS, COMO A ADAPTAÇÃO A DIFERENTES AMBIENTES FORMATIVOS, MOSTRANDO UMA RÁPIDA ADAPTAÇÃO À MUDANÇA (PÚBLICO-ALVO, OBJECTIVOS FORMATIVOS).</p> <p>PARA A ÁREA DA CONTABILIDADE REFERE QUE A SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NESTA ÁREA ERA ACADÉMICA, E NO SEU LOCAL DE TRABALHO, DE APOIO À ÁREA, ACOMPANHANDO A LEGISLAÇÃO DAS DIVERSAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS ATUAIS. REFERE QUE O CURSO DE PREPARAÇÃO TINHA SUSCITADO UM ESPECIAL INTERESSE POR ESSA ÁREA, POIS ERA IMPORTANTE A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS. MENCIONA, INCLUSIVE, QUE AS NOVAS MEDIDAS APLICADAS PROPORCIONAVAM AOS FORNECEDORES PRIVADOS UMA MAIOR SEGURANÇA E FIABILIDADE COM AS NOVAS PRÁTICAS PÚBLICAS DO COMPROMISSO E DO CABIMENTO DA DESPESA. DÁ RELEVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS, NUNCA ESQUECENDO O INTERESSE E O BEM PÚBLICO.</p> <p>ITEM 6 – AINDA SOBRE A CAPACIDADE DE DESAFIAR NUMA CARREIRA TÉCNICA SUPERIOR, RELATA VÁRIAS EXPERIÊNCIAS NA SUA CARREIRA DE ASSISTENTE TÉCNICA DESCREVENDO, EM MOMENTOS DE MUDANÇA INESPERADA, TAREFAS EXECUTADAS DO ÂMBITO DA GESTÃO DE CONTEÚDOS E DE PROGRAMAS INFORMÁTICOS, FORA DA ÁREA ADMINISTRATIVA CORRENTE, ESPECIALMENTE NA SUBSTITUIÇÃO DO GESTOR DESSES MESMOS CONTEÚDOS.</p> <p>ITEM 7 – PROCURA ESQUEMATIZAR OS PONTOS FORTES E FRACOS PARA A SUA CANDIDATURA MENCIONADOS NA ENTREVISTA, TENDO EM CONTA AS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS RELATADAS:</p> <p>- PONTOS FORTES DA CANDIDATURA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DISPONIBILIDADE PARA A APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA FIGURA DA COMISSÃO EM SERVIÇO, TENDO INCLUSIVE MENCIONADO QUE SE TAL NÃO ESTIVESSE PREVISTO PEDIRIA LICENÇA SEM VENCIMENTO. - ADAPTAÇÃO RÁPIDA À MUDANÇA; TRABALHO POR OBJECTIVOS; PLANIFICAÇÃO FACE AOS MESMOS; PARTILHA DE CONHECIMENTO E DE EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS, - ATUALIZAR E REAPRENDER NOVAS PRÁTICAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE PERMITAM A ADMINISTRAÇÃO SER MAIS PROXIMA DO CIDADÃO (DEVER DE INFORMAÇÃO), DEVER DE LEGALIDADE (CUMPRINDO O QUE ESTÁ LEGISLADO), JUSTIÇA E IMPARCIALIDADE, TRANSPARÊNCIA, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA. <p>- PONTOS FRACOS DA CANDIDATURA</p> <ul style="list-style-type: none"> - DIFICULDADE NA LEITURA DA LEGISLAÇÃO DEVIDO AO ESPÍRITO DA LEI, NOMEADAMENTE LEI EUROPEIA E DE COOPERAÇÃO, TENDO APRESENTADO SUGESTÕES PARA MELHORIA COMO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DEBATE EM GRUPOS; - POSSÍVEL DIFICULDADE A NÍVEL MONETÁRIO – EXPLICITANDO QUE, VERIFICANDO-SE TAL DIFICULDADE, PREVERIA UMA PLANIFICAÇÃO PESSOAL FINANCEIRA ADAPTADA AOS NOVOS DESAFIOS, PORQUE SE SENTIA MUITO MOTIVADA PARA A FREQUÊNCIA DESTES CURSOS E PARA A MUDANÇA DE CARREIRA. <p>ITEM 8 – APESAR DE SER UM CRITÉRIO SUBJETIVO, MENCIONA QUE CONSEGUIU CATIVAR ALGUNS CANDIDATOS PRESENTES EM SALA, DURANTE A SUA ENTREVISTA, TENDO ALGUNS DESTES TECIDO COMENTÁRIOS, NO FINAL DA MESMA, BASTANTE FAVORÁVEIS E, INCLUSIVE, QUESTIONANDO SOBRE ASSUNTOS MENCIONADOS DURANTE A ENTREVISTA.</p>
6. ANTÓNIO MIGUEL OSÓRIO DA COSTA	O CANDIDATO REFERE SER PORTUGUÊS E PROFESSOR NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA EM ESPANHA, SENDO POR ESSE MOTIVO TITULAR DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO NO ESPAÇO EUROPEU. PEDE ASSIM QUE PASSE À CONDIÇÃO DE TITULAR DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO.
7. CARLA MANUELA GUERREIRO DA SILVA ALEIXO MARTINS	A CANDIDATA CONTESTA A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA AOS PARÂMETROS "ANÁLISE E SENTIDO CRÍTICO (ASC), PLANEAMENTO E ORIENTAÇÃO PARA OS RESULTADOS (POR) E "ORIENTAÇÃO PARA O SERVIÇO PÚBLICO (OSP)" POR COMPARAÇÃO A OUTROS CANDIDATOS.
8. FRANCISCO JOSÉ DA SILVA GALAMAS	CONSIDERA QUE A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA DE 15 VALORES NÃO CORRESPONDE AO SEU DESEMPENHO NEM ÀS CONSIDERAÇÕES TECIDAS NA JUSTIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO, PEDINDO A REVISÃO DE TODOS OS PARÂMETROS, FAZENDO REFERÊNCIA À SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL.
9. MARIA CRISTINA PEIXOTO AFONSO LOPES	A CANDIDATA CONSIDERA DEFICIENTE A FUNDAMENTAÇÃO DA SUA PROPOSTA DE EXCLUSÃO E QUE EXISTE UMA INADEQUAÇÃO DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO FACE AO MÉTODO DE SELECÇÃO, REFERINDO QUE OS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DA ENTREVISTA PROFISSIONAL DE SELECÇÃO (EPS), "ANÁLISE E SENTIDO CRÍTICO" E "PLANEAMENTO E ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS", NÃO SÃO SUSCETÍVEIS DE AVALIAR ADEQUADAMENTE A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS CANDIDATOS. REFERE NÃO SE CONSEGUIR PERCEBER OS CRITÉRIOS QUE FORAM ADOTADOS PARA JUSTIFICAR A DISPARIDADE DE CLASSIFICAÇÕES ENTRE AS NOTAS OBTIDAS NA PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS E NA EPS.

NOME DO(A) CANDIDATO (A)	RESUMO DAS ALEGAÇÕES ²
10. MARTA ISABEL CAMELO RAMOS	<p>QUESTIONA A ANULAÇÃO DA QUESTÃO 49 DA PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS, DISCORDANDO DA ANULAÇÃO DESTA QUESTÃO, UMA VEZ QUE A MESMA ESTAVA BEM FORMULADA.</p> <p>REFERE AINDA EXISTIR UM ERRO NA ASSOCIAÇÃO DO NIF AO CANDIDATO NA ATA Nº 10.</p> <p>A CANDIDATA CONTESTA A CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA NA EPS UMA VEZ QUE NÃO COMPREENDE COMO FORAM AVALIADOS OS PARÂMETROS ESTIPULADOS NA ATA Nº1.</p> <p>REQUERE UMA JUSTIFICAÇÃO PARA A VALORAÇÃO ATRIBUÍDA, VISTO QUE NÃO PODE ACEITAR UMA CLASSIFICAÇÃO INFERIOR A 16 VALORES EM 3 DOS PARÂMETROS.</p>
11. NUNO GONÇALO LOPES TEIXEIRA	<p>O CANDIDATO VEM REQUERER A REAVALIAÇÃO DA RESPECTIVA ENTREVISTA. RELATIVAMENTE À FICHA INDIVIDUAL NÃO CONCORDA COM UMA REFERÊNCIA EM PARTICULAR QUE INDICA QUE O CANDIDATO TERÁ "FRACA PERSISTÊNCIA FACE A OBSTÁCULOS".</p>
12. PAULA CRISTINA CATARINO COLAÇO	<p>A CANDIDATA REFERE QUE NA SUA ENTREVISTA SÓ ESTIVERAM PRESENTES DOIS JURADOS, ENQUANTO NAS DE OUTROS CANDIDATOS ESTIVERAM TRÊS.</p> <p>QUESTIONA AINDA OS CRITÉRIOS ASC, POR E OSP, SALIENTANDO A EXPERIÊNCIA EVIDENCIADA NO SEU CV E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.</p> <p>REFERE AINDA QUE NO PROCEDIMENTO CONCURSAL DO ANO ANTERIOR TEVE MELHOR CLASSIFICAÇÃO NA EPS.</p>
13. PAULA SANDRA BASTOS MONTEIRO	<p>A CANDIDATA QUESTIONA SE NÃO EXISTE UM DESFASAMENTO ENTRE A <u>NOTA 12</u> NO PARÂMETRO DA ENTREVISTA PROFISSIONAL DE SELEÇÃO: "ANÁLISE E SENTIDO CRÍTICO" E A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO, SOLICITANDO A REFORMULAÇÃO DA NOTA FINAL CASO EXISTA ESTE LAPSO.</p>
14. REGINA ALEXANDRA CORREIA GOMES FINO	<p>A CANDIDATA SOLICITA QUE SEJA DADA INFORMAÇÃO DA REVISÃO DA NOTA ATRIBUÍDA EM TODOS OS PARÂMETROS UMA VEZ QUE NÃO SE BASEIA EM DADOS OBJETIVOS MAS EM APRECIACÕES DOS ENTREVISTADORES.</p>
15. RITA MARIA XAVIER AMORIM TAVARES DA SILVA	<p>A CANDIDATA QUESTIONA SE NÃO EXISTE UM DESFASAMENTO ENTRE A <u>NOTA</u> NO PARÂMETRO DA ENTREVISTA PROFISSIONAL DE SELEÇÃO "ANÁLISE E SENTIDO CRÍTICO" E A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO, SOLICITANDO A REFORMULAÇÃO DA NOTA FINAL CASO EXISTA ESTE LAPSO.</p>
16. RUTE DE CARVALHO GERALDES	<p>REFERE A CANDIDATA QUE O CONFRONTO ENTRE A CLASSIFICAÇÃO OBTIDA PELA REQUERENTE NO PARÂMETRO "ANÁLISE E SENTIDO CRÍTICO" E A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO PERMITE CONCLUIR QUE HOUE NAQUELA CLASSIFICAÇÃO UM LAPSO MANIFESTO. REQUER POIS A RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO NO QUE SE REFERE AO PARÂMETRO "ANÁLISE E SENTIDO CRÍTICO" PARA 16 E QUE SE ALTERE, EM CONFORMIDADE, A CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CANDIDATA NO CONCURSO.</p> <p>A CANDIDATA APRESENTOU, POR DUAS VEZES, ALEGAÇÕES UMA DAS QUAIS ATRAVÉS DE MANDATÁRIA. É REFERIDO QUE, TENDO-SE VERIFICADO, APÓS A DIVULGAÇÃO DA ATA NÚMERO NOVE QUE A SUA FICHA DE CLASSIFICAÇÃO INDIVIDUAL DA EPS CONTINHA UMA DIVERGÊNCIA ENTRE A FUNDAMENTAÇÃO ATRIBUÍDA AO PARÂMETRO "ANÁLISE E SENTIDO CRÍTICO (ASC)" E A CORRESPONDENTE CLASSIFICAÇÃO, A CANDIDATA SOLICITA A RESPECTIVA RECLASSIFICAÇÃO DO ALUDIDO FACTOR QUE, TENDO EM CONTA A PREVALÊNCIA QUE DEVE DAR-SE AO ESCRITO EM DETRIMENTO DO NUMÉRICO, DEVERIA PASSAR DE 12 PARA 16.</p> <p>CONSULTADO O PROCESSO NAS INSTALAÇÕES DO INA PELA ADVOGADA DA CANDIDATA, DRA. PAULA QUINTÃO, PARA VERIFICAR A FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO DA RETIFICAÇÃO OCORRIDA, OU SEJA, OS <u>DOCUMENTOS DE REGISTO DOS ENTREVISTADORES</u>, ESTA CONSTATOU QUE OS MESMOS NÃO SE ENCONTRAVAM JUNTO AOS PROCESSOS DE NENHUM DOS CANDIDATOS. CONSISTINDO O DENOMINADO PROCESSO DO CANDIDATO, ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE, NA FICHA DE CLASSIFICAÇÃO INDIVIDUAL DA EPS RETIFICADA. NÃO FAZ PARTE DO PROCESSO DA CANDIDATA O DOCUMENTO DE REGISTO DOS ENTREVISTADORES QUE SUSTENTA A CORREÇÃO EFETUADA À SUA FICHA DE CLASSIFICAÇÃO INDIVIDUAL DA EPS.</p> <p>NUMA SEGUNDA VISITA AO INA POR PARTE DA ADVOGADA DA CANDIDATA, APÓS INSISTÊNCIA PARA ACEDER AO <u>DOCUMENTO DE REGISTO DOS ENTREVISTADORES</u> E UMA ESPERA DE CERCA DE 1H30M, FOI-LHE DADO ACESSO A DUAS FICHAS DE CLASSIFICAÇÃO INDIVIDUAL DA EPS QUE, ALEGADAMENTE, SÃO O <u>DOCUMENTO DE REGISTO DOS ENTREVISTADORES</u> A QUE SE ALUDE NA ATA DEZ, E QUE TÊM A CLASSIFICAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA ESCRITA À MÃO, CADA UMA DELAS ASSINADA POR UMA DAS ATENTAS ENTREVISTADORAS, MAS AMBAS OMISSAS QUANTO À FUNDAMENTAÇÃO.</p> <p>ORA, DOS DOCUMENTOS REFERIDOS NO NÚMERO ANTERIOR NÃO SE RETIRA QUAL O MOTIVO QUE LEVOU O JÚRI A DESCONSIDERAR A FUNDAMENTAÇÃO EXPENDIDA NA PRIMEIRA FICHA DE CLASSIFICAÇÃO INDIVIDUAL DA EPS.</p> <p>NOS TERMOS DO ARTIGO 124º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, SOB PENA DE ANULABILIDADE, DEVEM SER FUNDAMENTADOS, OS ATOS ADMINISTRATIVOS QUE TOTAL OU PARCIALMENTE, IMPLIQUEM REVOGAÇÃO, MODIFICAÇÃO OU SUSPENSÃO DO ATO ADMINISTRATIVO ANTERIOR.</p> <p>NÃO SE ENCONTRANDO SUPTORADA A DECISÃO DO JÚRI, POR NÃO EXISTIREM OS FUNDAMENTOS INVOCADOS – OS TAIS DOCUMENTOS DE REGISTO DOS ENTREVISTADORES QUE CONTENHAM A FUNDAMENTAÇÃO PARA A CLASSIFICAÇÃO DOS FACTOS ASC – DEVE SER RETIFICADA A CLASSIFICAÇÃO INDIVIDUAL DA CANDIDATA DE 12 PARA 16, POR SER ESSA A NOTA CORRESPONDENTE À FUNDAMENTAÇÃO CONSTANTE DA FICHA DE CLASSIFICAÇÃO INDIVIDUAL DA EPS ASSINADA PELAS DUAS ENTREVISTADORAS QUE PRIMEIRO INTEGROU O PROCESSO E A SUA CLASSIFICAÇÃO GLOBAL SEJA ALTERADA EM CONFORMIDADE E O SEU NOME ORDENADO NA LISTA DOS APROVADOS.</p>

Handwritten signature and initials

NOME DO(A) CANDIDATO (A)	RESUMO DAS ALEGAÇÕES ¹
17. SANDRINA FERNANDES DOS SANTOS GUEDELHA	QUANDO ASSIM SE NÃO ENTENDA, ENTÃO DEVERÃO SER CANCELADAS AS FICHAS DE CLASSIFICAÇÃO INDIVIDUAL DA EPS EMITIDAS E REALIZADAS NOVAS ENTREVISTAS A TODOS OS CANDIDATOS, POR SÓ ASSIM SE PRESERVAREM OS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA E DA LEGALIDADE.
18. SOFIA DA SILVA JORGE LOPES DA SILVA	A CANDIDATA DISCORDA DA NOTA FINAL NA EPS, SALIENTANDO A SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E ACADÉMICA, FAZENDO AINDA REFERÊNCIA A ALGUMAS PERSONALIDADES QUE PODERÃO DAR REFERÊNCIAS DO SEU TRABALHO. SOLICITA A REVISÃO DA SUA NOTA FINAL COM BASE NO QUE EXPÕE.
19. FELISBELA ALEXANDRA DA CRUZ LOUÇÃO	A CANDIDATA DISCORDA DOS ARGUMENTOS ELENCADOS PELO JÚRI, QUE CULMINARAM NA SUA EXCLUSÃO NA FASE DA ENTREVISTA PROFISSIONAL DE SELEÇÃO, SALIENTANDO OS SEUS CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIA. REFERE AINDA QUE SE O DISCURSO COLOQUIAL NÃO FOI CONSIDERADO O MAIS CORRETO E/OU ESPERADO, A SUA EXPERIÊNCIA PESSOAL, ENFATIZADA DIVERSAS VEZES, NAS VERTENTES DE CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO ATIVA NA SOCIEDADE CIVIL, DEVERIA TER SIDO TÃO OU MAIS RELEVANTE QUE A IMPORTÂNCIA DADA À RETÓRICA. REFERE, COMO ELEMENTOS DE MOTIVAÇÃO PARA A SELEÇÃO NO CEAGP, O FACTO DE TER FEITO UM ESTÁGIO NA DIREÇÃO DE FINANÇAS DE LISBOA, DEMONSTRANDO EMPENHO PARA FREQUENTAR ESTE CURSO ("DURANTE SEIS ANOS NUNCA DESISTIU DO SEU INTUITO: VOLTAR À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA"). A CANDIDATA SALIENTA A SUA EXPERIÊNCIA ACADÉMICA. REFERE QUE, "UMA VEZ QUE ALMEJO CONTRIBUIR PARA A VANGUARDA DO SERVIÇO PÚBLICO, QUE MUI BEM SE QUER SERVIR, SÓ ACEITARIA A SOBREDITA VAGA (NO MINISTÉRIO DA SAÚDE - INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DOUTOR RICARDO JORGE, IP. (ISA)" (...)) "CORRENDO INCLUSIVE O RISCO DE SER MAL INTERPRETADA". A CANDIDATA ACRESCENTA QUE NÃO PODE "CONCORDAR, EM ABSOLUTO, COM A AVALIAÇÃO, POIS ESPERO POR ESTA FUNÇÃO NO ISA HÁ JÁ ALGUNS ANOS". REFERE QUE, NO SEU ENTENDER, O OBJETIVO DA ENTREVISTA PROFISSIONAL DE SELEÇÃO É AVALIAR, DE FORMA OBJETIVA E SISTEMÁTICA, A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL. REFERE AINDA QUE A FORMAÇÃO SUPERIOR EM MEDICINA VETERINÁRIA É, COM CERTEZA, UMA DAS LICENCIATURAS DE INTERESSE PARA A VAGA ESPECÍFICA NO ISA. A CANDIDATA QUESTIONA AINDA SE O FACTO DE ESTAR GRÁVIDA INFLUENCIA A SELEÇÃO PARA A FREQUÊNCIA DO CEAGP. AFIRMA AINDA QUE O SEU "ESTILO RELACIONAL É CARACTERIZADO POR ALGUMA TIMIDEZ E TEMPERANÇA, MAS ISSO NÃO FARÁ (DE SI), CERTAMENTE, PIOR PROFISSIONAL" PRETENDE QUE SEJA REVOGADA A PRESENTE AVALIAÇÃO, SOLICITANDO QUE SEJA REALIZADA NOVA ENTREVISTA, ENQUADRADA NA VAGA A QUE SE CANDIDATA OU QUE, EM ALTERNATIVA, SEJAM CONSIDERADOS OS ARGUMENTOS ADUZIDOS, E QUE A SUA CLASSIFICAÇÃO SEJA DE ACORDO COM A MAIS ELEMENTAR JUSTIÇA.
20. CATARINA RIBEIRO LOPES	A CANDIDATA REFERE QUE, ÀS QUESTÕES COLOCADAS, RESPONDEU COM CLAREZA, ENFATIZOU SITUAÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO CURRÍCULO, ADMITIU DIFICULDADES E PERCALÇOS INERENTES A QUALQUER PERCURSO ACADÉMICO E CONGRATULOU-SE PELA SUA SUPERAÇÃO. APRESENTA A SUA PERSPETIVA RELATIVAMENTE À SUAS QUALIDADES PESSOAIS, PROFISSIONAIS E ACADÉMICAS.
21. ANA MARGARIDA JÓIA ANACLETO	A CANDIDATA DISCORDA DA FUNDAMENTAÇÃO DA SUA NOTA SALIENTANDO A SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E ACADÉMICA. NÃO ACEITA QUE A CLASSIFIQUEM COM UMA "FRACA PERCEPÇÃO" DAS MAIS-VALIAS E PONTOS MENOS FORTES QUE A CANDIDATURA AO CEAGP PUDESSE APORTAR. NESTE SENTIDO, CRÊ QUE UMA NOTA JUSTA PARA ESTE CAMPO SE SITUARIA, PELO MENOS, NOS 15 VALORES. DISCORDA DA FUNDAMENTAÇÃO NA EPS DESIGNADAMENTE DE QUE "NÃO HÁ AJUSTAMENTOS OU CORREÇÕES, E FRACA PERSISTÊNCIA FACE A OBJETIVOS", PELO QUE A CLASSIFICAÇÃO 12 É MANIFESTAMENTE INFERIOR AO QUE CONSIDERARIA UMA NOTA JUSTA QUE SE DEVERIA SITUAR NOS 15 OU MAIS VALORES. SALIENTA QUE TEM CUIDADO NO VOCABULÁRIO QUE USA, EM PARTICULAR EM CONTEXTO DE EPS, SENDO QUE A CLASSIFICAÇÃO JUSTA, DO SEU PONTO DE VISTA, NESTE PONTO DA AVALIAÇÃO, DEVERIA SER, PELO MENOS, 13 VALORES. CRÊ AINDA QUE FUNDAMENTOU O SEU INTERESSE EM EXERCER FUNÇÕES NA CARREIRA TÉCNICA SUPERIOR MELHOR QUE O AVALIADO PELO QUE, NO PARÂMETRO "ORIENTAÇÃO PARA O SERVIÇO PÚBLICO" PRETENDE UMA NOTA JUSTA, NÃO INFERIOR A 14 VALORES. SOLICITA PELO MENOS UMA AVALIAÇÃO CORRESPONDENTE A UMA NOTA FINAL PONDERADA DE 14,25 VALORES.
22. PEDRO MIGUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA	O CANDIDATO REFERE NÃO COMPREENDER A SUA PROPOSTA DE EXCLUSÃO, CONSIDERANDO A DISPONIBILIDADE E TEMPO QUE INVESTIU, PREPARANDO-SE PARA OS MÉTODOS DE SELEÇÃO. REFERE TER EXPLANADO O SEU PERCURSO PROFISSIONAL E ACADÉMICO, REFERENCIANDO-O AO SEU CV. AFIRMA DISPOR DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E PROFISSIONAIS ADEQUADAS AO PREENCHIMENTO DAS VAGAS, DESIGNADAMENTE NA ÁREA DE ENGENHARIA, ATESTADAS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PELA ATIVIDADE QUE REALIZA POR CONTA PRÓPRIA, SALIENTANDO QUE REALIZOU UMA ABORDAGEM INTERPRETATIVA DO SEU PERCURSO, EVIDENCIANDO PONTOS FORTES E FRACOS. DESTACA A SUA COLABORAÇÃO COM A AT E AS FUNÇÕES DE PERITO. CONTESTA A ATRIBUIÇÃO DE 9 VALORES, EM PARTICULAR A CANDIDATOS QUE TIVERAM MELHORES NOTAS NO 1º MÉTODO DE SELEÇÃO.

[Handwritten signature]

NOME DO(A) CANDIDATO (A)	RESUMO DAS ALEGAÇÕES ¹
23. LUCINDA OLIVEIRA DAS NEVES	A CANDIDATA MANIFESTA DISCORDÂNCIA QUANTO À APRECIÇÃO EFECTUADA PELAS ENTREVISTADORAS NO QUE CON CERNE À IDENTIFICAÇÃO DE PONTOS FRACOS E FORTES DA SUA CANDIDATURA. CONSIDERA QUE EM MATÉRIAS DESTA NATUREZA SERIA, ALIÁS, IMPORTANTE PROCURAR RECOLHER TESTEMUNHOS DE CONTACTOS PROFISSIONAIS QUE CONTRIBUAM PARA COMPROVAR ELEMENTOS DE DESEMPENHO RELEVANTES PARA A APRECIÇÃO.
24. MARTA LUISA DOLORES SALGUEIRO LOUREIRO	NO PRIMEIRO PARÂMETRO DE AVALIAÇÃO DA ENTREVISTA - ANÁLISE E SENTIDO CRÍTICO - A CANDIDATA CONTESTA A CLASSIFICAÇÃO E A FUNDAMENTAÇÃO DAS ENTREVISTADORAS, SALIENTANDO COMO PONTOS FORTES A SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, E PONTOS FRACOS "SER MUITO EXIGENTE, PERFECCIONISTA, E MUITO AUTOCRÍTICA EM RELAÇÃO AO TRABALHO". NO SEGUNDO PARÂMETRO DE AVALIAÇÃO DA ENTREVISTA - PLANEAMENTO E ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS - CONTESTA IGUALMENTE A CLASSIFICAÇÃO, SALIENTANDO QUE APÓS A LICENCIATURA A SUA VIDA TEM SIDO "UMA LUTA CONSTANTE", ONDE FOI "OBRIGADA A FAZER AJUSTAMENTOS E CORREÇÕES DE PERCURSO, TENDO DESENVOLVIDO SEMPRE ESTRATÉGIAS PARA ULTRAPASSAR OS MAIS DIVERSOS OBSTÁCULOS QUE FORAM SIDO COLOCADOS", SALIENTANDO QUE FEZ UMA LICENCIATURA, MESTRADO, FORMAÇÃO E SE CANDIDATOU POR 2 VEZES AO CEAGP. SALIENTA AINDA O SEU CV. NO QUARTO PARÂMETRO DE AVALIAÇÃO DA ENTREVISTA- ORIENTAÇÃO PARA O SERVIÇO PÚBLICO- CONTESTA TAMBÉM A CLASSIFICAÇÃO E A FUNDAMENTAÇÃO, SALIENTANDO QUE SE DEVERIA TER EM CONTA O CONHECIMENTO, O INTERESSE, A EXPERIÊNCIA, A QUALIDADE DO TRABALHO JÁ REALIZADO NOS POSTOS DE TRABALHO ONDE EXERCEU FUNÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NOMEADAMENTE O DE TÉCNICO SUPERIOR, NA ÁREA DO CONTROLO NO IFAP. UMA VEZ QUE NA ENTREVISTA SOBREVÊM FATORES SUBJETIVOS, NÃO SÓ DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS, COMO DAS IDIOSINCRASIAS DE QUEM ENTREVISTA, É INACEITÁVEL QUE ESTA TENHA SIDO A PEÇA FUNDAMENTAL NA AVALIAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS. SOLICITA CORREÇÃO À SUA CLASSIFICAÇÃO QUE, POR ERRO OU LAPSO, LHE FOI INSCRITA NA ENTREVISTA, ATRIBUINDO A JUSTA E CORRETA CLASSIFICAÇÃO DE 16 VALORES, NOTA QUE HAVIA TIDO EM EDIÇÃO ANTERIOR.
25. ISABEL SOFIA GARCIA DO VALE	NO DECORRER DA ENTREVISTA CRÊ QUE OS PARÂMETROS ASC, POR E RC ESTIVERAM SEMPRE INTERLIGADOS. VISTO TER TIDO A CLASSIFICAÇÃO DE 20V NO PARÂMETRO POR, NOS OUTROS DOIS PARÂMETROS ACREDITA QUE DEVERIA TER UMA NOTA COMPARÁVEL AQUELA.
26. PAULO JOSÉ DA MOTA CHAVES	O CANDIDATO DISCORDA DA CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA NO PARÂMETRO PLANEAMENTO E ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS (POR). SALIENTA O SEU PERCURSO PROFISSIONAL E A SUA RELEVÂNCIA NO PLANEAMENTO E EXECUÇÃO DE EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS. COMO CAPACIDADE DE DEFINIR OBJETIVOS, IDENTIFICAR PRAZOS, AJUSTAR OU CORRIGIR O NECESSÁRIO E PERSISTIR NOS OBJETIVOS APESAR DOS OBSTÁCULOS, REFERE TER SALIENTADO A METODOLOGIA DE ESTUDO PARA A PROVA DE CONHECIMENTO DO CEAGP. REFERE ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS DO PROCEDIMENTO, ACRESCENTANDO QUE "NÃO TERÃO SIDO ADEQUADAMENTE VALORIZADOS ASPECTOS RESPEITANTES AOS PERFS ACADÉMICOS E CURRICULARES DOS CANDIDATOS E À SUA ADEQUAÇÃO AOS LUGARES DISPONÍVEIS NOS ORGANISMOS PARA COLOCAÇÃO FINAL". SOLICITA A REAVALIAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO NO PARÂMETRO "POR" PARA A CLASSIFICAÇÃO DE BOM. QUANTO À ANÁLISE E SENTIDO CRÍTICO, A CANDIDATA CONSIDERA QUE A NOTA DEVERIA TER SIDO 16 VALORES (BOM) EM DETRIMENTO DE 12 (SUFICIENTE). QUANTO AO PLANEAMENTO E ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS, A CANDIDATA CONSIDERA QUE A NOTA DEVERIA TER SIDO 16 VALORES (BOM) EM DETRIMENTO DE 12 (SUFICIENTE). QUANTO AO RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO, A CANDIDATA CONSIDERA QUE A NOTA DEVERIA TER SIDO 16 VALORES (BOM) EM DETRIMENTO DE 12 (SUFICIENTE). QUANTO À ORIENTAÇÃO PARA O SERVIÇO PÚBLICO, A CANDIDATA CONSIDERA QUE A NOTA DEVERIA TER SIDO 20 (ELEVADO) EM VEZ DE 12 (SUFICIENTE). PARA CADA PARÂMETRO APRESENTA FUNDAMENTOS ALICERÇADOS NA SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, MOTIVAÇÃO, COMPETÊNCIAS, PROJETOS DESENVOLVIDOS, ENTRE OUTROS.
27. ANA RITA FERREIRA BRANCO	O CANDIDATO CONSIDERA QUE A INTERPRETAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS FOI OBJETIVA, RECORRENDO SEMPRE A EXEMPLOS CONCRETOS. FEZ NA SUA PERSPETIVA UMA ABORDAGEM VOLUNTÁRIA AOS ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DE FORMA CRÍTICA. CONSIDERA QUE NÃO É VERDADE QUE TENHA REVELADO "AUSÊNCIA DE AJUSTAMENTOS OU CORREÇÕES" OU "FRACA PERSISTÊNCIA FACE A OBSTÁCULOS". QUANTO AO VOCABULÁRIO REFERE QUE "QUEM (O) CONHECE SABE QUE (TEM) UM VOCABULÁRIO RICO E DIVERSIFICADO". FAZ AINDA REPAROS RELATIVAMENTE À APLICAÇÃO DO MÉTODO.
28. CESAR NUNO BRANCO SIMÕES	A CANDIDATA DESTACA ALGUMAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E A SUA EXPERIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESIGNADAMENTE ATRAVÉS DO PEPAC. SALIENTA QUE A SUA MOTIVAÇÃO ASSENTA NO CONTRIBUTO QUE QUER DAR PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS. APROFUNDA OS MESMOS ARGUMENTOS, NUMA SEGUNDA FASE, EM OUTRO DOCUMENTO, SALIENTANDO QUE A AVALIAÇÃO FEITA NÃO SE COMPADECE COM A SUA EXPERIÊNCIA NA A.P., CONFORME PODER COMPROVAR ALGUMAS PERSONALIDADES QUE COM ELA TRABALHARAM.
29. JOANA MARGARIDA PESTANA SIMÕES LOPES DIONÍSIO	

petrololhos
[assinatura]

NOME DO(A) CANDIDATO (A)	RESUMO DAS ALEGAÇÕES ¹
30. JOÃO ALEXANDRE ABREU MARQUES	SOLICITA A REVISÃO DA NOTA ATRIBUÍDA EM 2 PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO: 1) ANÁLISE E SENTIDO CRÍTICO, PEDINDO AS RAZÕES DA ATRIBUIÇÃO DE "SUFICIENTE", SALIENTANDO QUE NO SEU CV PODERIAM TER SIDO COLOCADAS E EXPLORADAS VÁRIAS QUESTÕES DE MODO A AVALIAR MELHOR ESTA COMPETÊNCIA; 2) ORIENTAÇÃO PARA O SERVIÇO PÚBLICO: DISCORDA DA CLASSIFICAÇÃO DE "MODERADO" RELATIVAMENTE AO INTERESSE NA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR, SALIENTANDO QUE EXPRESSOU 5 OU 6 POSTOS PUBLICITADOS E JUSTIFICOU ESSAS ESCOLHAS. DISCORDA CONCOMITANTEMENTE DA AVALIAÇÃO DE "SATISFATÓRIO AJUSTAMENTO INDIVIDUAL" PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS. SOBRE A QUESTÃO DO QUADRO DE REFERÊNCIA DOS PRINCÍPIOS E VALORES DO SERVIÇO PÚBLICO, TAMBÉM NÃO ESTÁ DE ACORDO COM A AVALIAÇÃO DE QUE A CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO SEJA MODERADA. REFERE QUE TEVE A OPORTUNIDADE DE EXPLICAR QUE MUITAS DESSAS REFERÊNCIAS E VALORES SEMPRE NORTEARAM A SUA POSTURA NAS ATIVIDADES QUE EXERCEU NO SETOR PRIVADO. A CANDIDATA REFERE QUE A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DEVERIA TER SIDO UM PARÂMETRO DE AVALIAÇÃO E NÃO APENAS UM TEMA ABORDADO, COMO ESTÁ DESCRITO NA SUA FICHA INDIVIDUAL, CONTRARIANDO A NORMA CONTIDA NO ARTIGO 13.º SUPRAMENCIONADO. DE FACTO, REFERE QUE NÃO ENCONTRA UM PARÂMETRO QUE INCIDISSE DIRETAMENTE SOBRE A SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL. REFERE A CANDIDATA QUE "DURANTE O ANO DE 2013 E TENDO EM VISTA O CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS DE REDUÇÃO DE PESSOAL PREVISTAS NO PAEF, OS CANDIDATOS A QUE SE REFERE A ALÍNEA B) DO NÚMERO ANTERIOR NÃO PODEM SER OPOSITORES A PROCEDIMENTOS CONCURSAIS EXCLUSIVAMENTE DESTINADOS A TRABALHADORES COM RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PREVIAMENTE CONSTITUÍDA, CONSIDERANDO SUSPENSAS TODAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO. REFERE QUE SE VERIFICA ENTÃO QUE LHES É RETIRADO O DIREITO A SEREM EQUIPARADOS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS QUANDO OPOSITORES A CONCURSOS INTERNOS. ASSIM, REFERE QUE NÃO PODEM ESTES SER CONSIDERADOS COMO PREFERENCIAIS TAMBÉM NESTE CONCURSO. NO SEU ENTENDER É LHES ASSIM RETIRADO O DIREITO A SEREM CONSIDERADOS COMO FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS. SOLICITA A "ELABORAÇÃO DE NOVA LISTA, COLOCANDO OS MILITARES EM LUGAR PRÓPRIO, E REPUBLICADA A LISTA FINAL COM AS DEVIDAS CORREÇÕES". EM VIRTUDE DE TER ENTREGUE DOCUMENTAÇÃO ATESTANDO PREFERÊNCIA LEGAL PARA ADMISSÃO AO CEAGP 14ª EDIÇÃO, NÃO TENDO SIDO ADMITIDA, APESAR DE TER OBTIDO CLASSIFICAÇÃO DE 12,494 VALORES NA PROVA DE CONHECIMENTOS E CLASSIFICAÇÃO DE 13 VALORES NA ENTREVISTA PROFISSIONAL DE SELEÇÃO, VEM PELA PRESENTE SOLICITAR QUE SEJA DEVIDAMENTE REVISTA A POSIÇÃO NO PROJETO DE LISTA DE CANDIDATOS ORDENADOS, PARA EFEITOS DE ADMISSÃO À FREQUÊNCIA DA 14ª EDIÇÃO DO CEAGP. JUNTO ANEXA DOCUMENTO QUE ATESTA SITUAÇÃO. SOLICITA ESCLARECIMENTO POR TER SIDO APLICADA A PREFERÊNCIA LEGAL COM O CÓDIGO 2 NA ATA NÚMERO SETE E, NA ATA NÚMERO DEZ, TER SIDO ALTERADA PARA 3. A CANDIDATOS COM IGUAL SITUAÇÃO FOI APLICADA A PREFERÊNCIA LEGAL 2. FOI ENVIADO TEXTO SEM A EXPLICAÇÃO DE UMA PRETENÇÃO
31. ANA RAQUEL FARIAS CORREIA DOS SANTOS	
32. CARLA ALEXANDRA DIAS MARIANO PEDROSO	
33. ANA RITA ROQUE CORDEIRO	
34. EDWARD AGUIAR DE ANDRADE	

Da apreciação feita ao conjunto dos documentos chegados ao Júri, identificaram-se as seguintes tipologias de alegações:

[Handwritten signature]

1. Erro de transcrição da fundamentação das notas atribuídas no parâmetro "Análise e Sentido Crítico", na Ficha Individual do método Entrevista Profissional de Seleção (EPS) (Ata 10)

- a) ANA CLÁUDIA MARCOS CARVALHO
- b) PAULA SANDRA BASTOS MONTEIRO
- c) RITA MARIA XAVIER AMORIM TAVARES DA SILVA
- d) RUTE DE CARVALHO GERALDES

R: No âmbito de reunião do júri (Ata nº 10) foi detetado um erro de transcrição da fundamentação das notas atribuídas no parâmetro "Análise e Sentido Crítico", na Ficha Individual do método Entrevista Profissional de Seleção (EPS), uma vez que o processo de transcrição da fundamentação das notas atribuídas foi realizado através de um software auxiliar. O júri identificou os candidatos cujas Fichas Individuais da EPS foram objeto da abrangência do erro atrás exposto e, também, aqueles cujas Fichas Individuais da EPS não foram afetadas por esse mesmo erro (Ata nº 10). Nessa mesma Ata o Júri havia explicado o sucedido, considerando que toda a fundamentação de facto e de direito foi dada nessa mesma ata.

Salienta-se que todos os documentos finais, designadamente a Ficha Individual de EPS, relativos à avaliação dos candidatos, foram colocados à disposição dos mesmos para consulta no local. Alguns documentos, por conterem dados potencialmente confidenciais, relativos à personalidade dos candidatos, ou mesmo notas pessoais dos entrevistadores, foram categorizados como confidenciais, tendo sido apenas disponibilizados quando solicitados pelos próprios ou por mandatário. Por essa razão, e pelo facto de serem documentos de trabalho, não constavam para consulta pública do processo, podendo, a pedido do próprio, ser consultados, como veio inclusive a verificar-se. As referidas fichas constituem documentos auxiliares de trabalho, contendo, como referido, essencialmente notas quantitativas e comentários dos entrevistadores que estavam devidamente articulados com a fundamentação inserida no software utilizado para o registo dos resultados, em conformidade com os critérios definidos na Ata nº 1, como não poderia deixar de o ser. Ora, foi esse mesmo software, disponível no computador presente em cada sala, nos dias das entrevistas, que continha, depois de realizada auditoria ao mesmo, um erro de programação, tendo provocado as divergências encontradas no campo da fundamentação.

Perante o exposto e pelo facto de terem sido feitas as devidas correções às Fichas Individuais de EPS dos candidatos, tendo os mesmos sido notificados (cfr ata nº 10), foram cumpridos escrupulosamente os princípios constitucionais e administrativos de igualdade, isenção, neutralidade e transparência, sendo todos os atos fundamentados em modelo oficialmente aprovado pelo Júri (cfr Ata nº 1, distinto dos registos individuais utilizados pelos entrevistadores).

Assim sendo, o Júri delibera indeferir as pretensões dos candidatos acima identificados.

2. Discordância em relação à valoração atribuída a um ou mais parâmetros na Entrevista Profissional de Seleção (EPS) e consequente pedido de reavaliação da classificação atribuída

- a) ANA CLÁUDIA MARCOS CARVALHO
- b) ANA CRISTINA CURRO GOUVEIA
- c) ANA MARGARIDA JÓIA ANACLETO
- d) ANA MARTA MARQUES DUARTE DA PAZ

Handwritten signature and initials in blue ink.

- e) ANA RAQUEL FARIAS CORREIA DOS SANTOS
- f) ANA RITA FERREIRA BRANCO
- g) ANA SOFIA QUINTANILHA DA SILVA MARCÃO
- h) ANABELA LOPES VAZ
- i) CARLA MANUELA GUERREIRO DA SILVA ALEIXO MARTINS
- j) CATARINA RIBEIRO LOPES
- k) CESAR NUNO BRANCO SIMÕES
- l) FELISBELA ALEXANDRA DA CRUZ LOUÇÃO
- m) FRANCISCO JOSÉ DA SILVA GALAMAS
- n) ISABEL SOFIA GARCIA DO VALE
- o) JOANA MARGARIDA PESTANA SIMÕES LOPES DIONÍSIO
- p) JOÃO ALEXANDRE ABREU MARQUES
- q) LUCINDA OLIVEIRA DAS NEVES
- r) MARIA CRISTINA PEIXOTO AFONSO LOPES
- s) MARTA ISABEL CAMELO RAMOS
- t) MARTA LUISA DOLORES SALGUEIRO LOUREIRO
- u) NUNO GONÇALO LOPES TEIXEIRA
- v) PAULA CRISTINA CATARINO COLAÇO
- w) PAULO JOSÉ DA MOTA CHAVES
- x) PEDRO MIGUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
- y) REGINA ALEXANDRA CORREIA GOMES FINO
- z) RUTE DE CARVALHO GERALDES
- aa) SANDRINA FERNANDES DOS SANTOS GUEDELHA
- bb) SOFIA DA SILVA JORGE LOPES DA SILVA

*R: Feita a análise de cada uma das alegações, dos candidatos supra identificados, **delibera o Júri** considerar improcedentes as alegações proferidas pelos mesmos, na medida em que, de acordo com o n.º 1.º do art.º 13.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, "a EPS visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais e vivenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal", tendo as notas sido dadas por unanimidade dos entrevistadores que realizaram a entrevista.*

Mais se esclarece, relativamente aos critérios de avaliação, que o júri deliberou objetivar e sistematizar os parâmetros a avaliar na EPS, precisando o conteúdo dos níveis classificativos legalmente estabelecidos (n.º 6 do art.º 18.º da referida Portaria), na Ata n.º 1.

Acresce que, conforme o n.º 2 do art.º 2.º da Portaria n.º 213/2009, de 24 de Fevereiro "As necessidades [...] reportam-se, em exclusivo, às atribuições, competências ou atividades comuns aos órgãos ou serviços e não podem estar dependentes da titularidade, por parte do ocupante do posto de trabalho, de determinada área de formação académica".

Considera pois o júri correta a classificação atribuída pelos entrevistadores aos candidatos supra-identificados, tanto do ponto de vista absoluto, quanto relativo. O

[Handwritten signature]

Júri **delibera assim indeferir** as pretensões dos candidatos acima identificados, com base nos fundamentos apresentados.

3. Fundamentação da Entrevista Profissional de Seleção (EPS) ou dos seus parâmetros

- a) ANA CLÁUDIA MARCOS CARVALHO
- b) ANA MARTA MARQUES DUARTE DA PAZ
- c) LUCINDA OLIVEIRA DAS NEVES
- d) MARIA CRISTINA PEIXOTO AFONSO LOPES
- e) MARTA ISABEL CAMELO RAMOS
- f) REGINA ALEXANDRA CORREIA GOMES FINO
- g) RUTE DE CARVALHO GERALDES

R: O Júri aprovou, na Ata nº 1, os parâmetros de avaliação da EPS atendendo aos objetivos, à valoração prevista para este método de seleção (artigos 13º e 18º n.ºs 6 e 7 alínea a) da Portaria 83-A/2009) e às especificidades do presente procedimento, a saber: a experiência profissional, é avaliada através dos sub-parâmetros "Análise e sentido crítico" e "Planeamento e orientação para resultados" e; os aspetos comportamentais, são avaliados através dos sub-parâmetros "Relacionamento e comunicação" e "Orientação para o serviço público".

A fundamentação apresentada, associada à nota de cada candidato, em cada competência, como não poderia deixar de ser, remete para os conceitos, parâmetros, critérios, métricas e definições apresentados na Ata nº 1.

Considera o Júri que as métricas associadas à escala definida para o supracitado método, para avaliar cada um dos comportamentos evidenciados pelos candidatos em contexto de entrevista, são mutuamente exclusivos, apontando, com objetividade e através de conceitos precisos, para os aspetos práticos observados durante a entrevista.

Assim, o resultado de cada candidato, em relação a cada um dos parâmetros em avaliação, corresponde a uma posição nessa escala, correspondente a uma das métricas definidas para o parâmetro, à qual está associada uma caracterização / descrição acerca do desempenho do candidato, em cada parâmetro de avaliação.

Assim, o Júri considera que a aplicação dos critérios e métricas de avaliação referidos foi correta, transparente, isenta e neutral. Sendo as métricas mutuamente exclusivas, as mesmas revelam-se suficientes para distinguir e diferenciar os candidatos em relação a cada um dos parâmetros em avaliação. Mais considera o júri ser suficiente a descrição feita em cada valor da escala para o candidato interpretar a avaliação realizada pelos entrevistadores relativamente ao momento da avaliação em sede de EPS.

Em face do exposto **delibera o Júri indeferir** as pretensões dos candidatos acima identificados, com base nos fundamentos apresentados.

4. Apreciações relativamente à aplicação do método de seleção, Entrevista Profissional de Seleção (EPS)

- a) ANA CLÁUDIA MARCOS CARVALHO
- b) ANA RAQUEL FARIAS CORREIA DOS SANTOS
- c) CESAR NUNO BRANCO SIMÕES
- d) EDWARD AGUIAR DE ANDRADE
- e) LUCINDA OLIVEIRA DAS NEVES
- f) MARIA CRISTINA PEIXOTO AFONSO LOPES
- g) MARTA LUISA DOLORES SALGUEIRO LOUREIRO
- h) PAULA CRISTINA CATARINO COLAÇO
- i) PAULO JOSÉ DA MOTA CHAVES
- j) PEDRO MIGUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
- k) REGINA ALEXANDRA CORREIA GOMES FINO
- l) RUTE DE CARVALHO GERALDES

R: *Conforme previsto no n.º 3 do art.º 9º da Portaria n.º 213/2009, de 24 de Fevereiro, a Entrevista Profissional de Seleção (EPS) tem uma ponderação de 40% da nota final. A Entrevista Profissional de Seleção (EPS) foi realizada por técnicos do INA, enquanto Entidade Especializada Pública, nos termos do n.º 3 do artigo 13º da Portaria n.º 83-A/2009 e do Despacho n.º 16107/2012 do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, publicado em Diário da República 2.ª série, N.º 245, de 19 de dezembro de 2012. Assim, o n.º de entrevistadores exigidos para a realização da entrevista é de 2, e não de 3.*

Importa esclarecer que a EPS é um método de seleção distinto da Prova Escrita de Conhecimentos, razão pela qual têm pesos e formas de aplicação distintas, sendo porém complementares no que respeita aos aspetos a avaliar, não podendo ser feita qualquer relação entre os resultados alcançados no primeiro método e os alcançados no segundo.

As provas de conhecimentos (art. 9º da Portaria 83-A/2009 de 22 de janeiro) visam avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício de determinada função. Incidem sobre conteúdos de natureza genérica e ou específica diretamente relacionados com as exigências da função, nomeadamente o adequado conhecimento da língua portuguesa. Podem assumir a forma escrita ou oral, revestindo natureza teórica, prática ou de simulação, são de realização individual ou coletiva e podem ser efetuadas em suporte de papel ou eletrónico e comportar mais do que uma fase.

A entrevista profissional de seleção (art. 13º da Portaria 83-A/2009 de 22 de janeiro) visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. Por cada entrevista profissional de seleção é elaborada uma ficha individual contendo o resumo dos temas abordados, os parâmetros de avaliação e a classificação obtida em cada um deles, devidamente fundamentada.

A entrevista profissional de seleção é realizada pelo júri, na presença de todos os seus elementos, ou por, pelo menos, dois técnicos devidamente credenciados de uma

entidade especializada pública ou, quando fundamentadamente se torne inviável, privada.

A entrevista profissional de seleção é pública, podendo a ela assistir todos os interessados, sendo o local, data e hora da sua realização atempadamente afixados em local visível e público das instalações da entidade empregadora pública e disponibilizados na sua página eletrónica.

Em face do exposto **delibera o Júri indeferir** as pretensões dos candidatos acima identificados, com base nos fundamentos apresentados.

5. Apresentação de argumentos baseados na experiência profissional/académica/pessoal ou no CV

- a) ANA CRISTINA CURRO GOUVEIA
- b) ANA MARTA MARQUES DUARTE DA PAZ
- c) ANA RITA FERREIRA BRANCO
- d) ANABELA LOPES VAZ
- e) CATARINA RIBEIRO LOPES
- f) CESAR NUNO BRANCO SIMÕES
- g) FELISBELA ALEXANDRA DA CRUZ LOUÇÃO
- h) FRANCISCO JOSÉ DA SILVA GALAMAS
- i) JOANA MARGARIDA PESTANA SIMÕES LOPES DIONÍSIO
- j) JOÃO ALEXANDRE ABREU MARQUES
- k) MARTA LUISA DOLORES SALGUEIRO LOUREIRO
- l) PAULA CRISTINA CATARINO COLAÇO
- m) PEDRO MIGUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
- n) SANDRINA FERNANDES DOS SANTOS GUEDELHA

R: Conforme previsto no nº 2 do art.º 2º da Portaria nº 213/2009, de 24 de Fevereiro "As necessidades [...] reportam-se, em exclusivo, às atribuições, competências ou atividades comuns aos órgãos ou serviços e não podem estar dependentes da titularidade, por parte do ocupante do posto de trabalho, de determinada área de formação académica". Acresce que, no âmbito do presente método de seleção (EPS), não é feita qualquer avaliação curricular, sendo o CV utilizado apenas como suporte para a dinâmica da entrevista, essa sim avaliativa dos parâmetros aprovados. Salienta-se que a avaliação curricular constitui outro método de seleção, que não está previsto ser aplicado no procedimento concursal para ingresso no CEAGP.

Assim, como referido, os aspetos curriculares são utilizados essencialmente como tema de conversa para avaliar os parâmetros selecionados (Ata nº 1), designadamente:

A- Experiência profissional, avaliada através dos sub-parâmetros "Análise e sentido crítico" e "Planeamento e orientação para resultados"

Análise e sentido crítico (ASC): visa avaliar a capacidade para realizar uma avaliação objetiva e crítica do seu percurso académico/profissional, identificando as experiências mais relevantes, bem como os pontos fortes e fracos da sua candidatura.



Planeamento e orientação para resultados (POR): visa avaliar a capacidade, evidenciada ao longo do percurso académico/profissional, para definir objetivos e prazos realistas, implementar correções e ajustamentos necessários, persistir na prossecução das metas e encontrar estratégias de resolução de dificuldades.

B – Como parâmetros comportamentais foram considerados:

Relacionamento e comunicação (RC): visa avaliar a facilidade relacional e o estilo comunicacional, atendendo à fluência e ritmo do discurso oral, o nível de organização interna da respetiva estrutura, e a adequação e diversidade do vocabulário.

Orientação para o serviço público (OSP): visa aferir o interesse do candidato pelas atividades associadas aos postos de trabalho em concurso, desenvolvidas no quadro de referência dos princípios éticos e valores do serviço público.

Assim, factos como referências profissionais, duração ou tipologia das experiências ou avaliação de desempenho, são critérios que não são tidos em consideração na avaliação dos sub-parâmetros referidos, tal como aprovado na Ata nº 1.

Merece ainda ressaltar que aspetos relacionados com o candidato, ou a sua vida pessoal, não são, nem podiam ser, discriminatórios, salientando-se uma total neutralidade e isenção no que respeita ao tratamento igualitário dos candidatos, não os distinguindo em função de género, de raça, de religião, de credo político ou de condição económica ou social.

Em face do exposto delibera o Júri indeferir as pretensões dos candidatos acima identificados, com base nos fundamentos apresentados.

6. Pedido de revisão de prioridade / preferência legal no âmbito da candidatura apresentada

a) ANTÓNIO MIGUEL OSÓRIO DA COSTA

R: *Relativamente à pretensão apresentada pelo candidato ANTÓNIO MIGUEL OSÓRIO DA COSTA, o Júri considera que a prioridade legal a que se refere o art.º 51º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, conjugada com o disposto no art.º 6º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, se reporta a relações jurídicas de emprego público constituídas com os serviços da Administração Pública do Estado português.*

*Uma vez que o documento apresentado não faz prova da detenção de uma Relação Jurídica de Emprego Público com a Administração Pública portuguesa, não lhe é aplicável a prioridade legal invocada, pelo que **delibera o Júri indeferir** a sua pretensão.*

b) CARLA ALEXANDRA DIAS MARIANO PEDROSO

R: *Relativamente à pretensão apresentada pela candidata CARLA ALEXANDRA DIAS MARIANO PEDROSO, cumpre ao júri informar que o recrutamento, por procedimento concursal, para a frequência da 14ª edição (2013/2014) do curso do CEAGP obteve o parecer prévio favorável do Secretário de Estado da Administração Pública responsável pela Administração Pública (Despacho n.º 372/2013/SEAP, de 17 de fevereiro)*

[Assinatura]

permitindo a candidatura de indivíduos sem prévia relação jurídica de emprego público, nos termos do n.º 6 do artigo 6º da LVCR. O n.º 2 do artigo 51º (prioridade de recrutamento) da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), não é aplicável ao presente procedimento concursal, conforme o fixado no já referido n.º 6 do artigo 6º da LVCR e Aviso de abertura n.º 4673/2013, publicado na 2ª série do Diário da República, n.º 68 de 8 de abril (pontos 1.2 a 1.4, 2.3 e 8.1).

Os militares e ex-militares abrangidos pelo regime de incentivos do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV) aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 320/2007, de 27 de setembro, são enquadráveis nas disposições contidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 51º da LOE 2013. As disposições contidas no artigo 51º da LOE 2013, de acordo com o seu n.º 3, têm caráter excecional e prevalecem sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais contrárias.

A inclusão com a prioridade legal "3", na lista dos admitidos às 80 vagas do contingente da 14ª edição do curso do CEAGP (2013/2014), em anexo à Ata n.º 10 do júri, dos candidatos aprovados militares e ex-militares abrangidos pelo regime de incentivos do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 320/2007, de 27 de setembro, enquadra-se nas disposições conjugadas do n.º 1 alínea b) artigo 51º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, n.º 6º do artigo 6º da LVCR, na sua versão atualizada, e Aviso de abertura n.º 4673/2013, publicado na 2ª série do Diário da República, n.º 68 de 8 de abril (pontos 1.2 a 1.4, 2.3 e 8.1).

Assim, **delibera o Júri indeferir** a sua pretensão com base nos fundamentos apresentados.

c) ANA RITA ROQUE CORDEIRO

R: Relativamente à pretensão apresentada pela candidata ANA RITA ROQUE CORDEIRO, consultada a documentação que instrui a sua candidatura, assim como a declaração apresentada pela mesma, **delibera o Júri deferir** a sua pretensão, com base nos factos e documentos verificados, confirmando a sua posição na lista e corrigindo o código da sua prioridade legal para o código 2.

7. Questões relacionadas com a constituição das equipas de entrevistadores

a) PAULA CRISTINA CATARINO COLAÇO

R: A Entrevista Profissional de Seleção (EPS) foi realizada por técnicos do INA, enquanto Entidade Especializada Pública, nos termos do n.º 3 do artigo 13º da Portaria n.º 83-A/2009 e do Despacho n.º 16107/2012 do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, publicado em Diário da República 2.ª série, N.º 245, de 19 de dezembro de 2012. Assim, o nº de entrevistadores exigidos para a realização da entrevista é de 2, e não de 3.

ptmendes
for

Em face do exposto delibera o Júri indeferir a pretensão da candidata acima identificada, com base nos fundamentos apresentados.

8. Questões relacionadas com a prova de conhecimentos

a) MARIA CRISTINA PEIXOTO AFONSO LOPES

R: A questão nº 49 da Prova Escrita de Conhecimentos foi anulada conforme deliberação e fundamentação do Júri, que consta da Ata nº 8.

Em face do exposto delibera o Júri indeferir a pretensão da candidata acima identificada, com base nos fundamentos apresentados na referida Ata.

9. Correspondência entre o nome e NIF dos candidatos

A) MARIA CRISTINA PEIXOTO AFONSO LOPES

R: O Júri regista a incorreção constante da Ata nº 10, relativa à associação do NIF à candidata que, porém, não interfere nas deliberações tomadas.

Ponto 2. Lista Unitária de Ordenação Final

Em cumprimento dos nº 2 e nº 6 do art.º 36º da Portaria nº 83-A/ 2009, de 27 de fevereiro, com a redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, a Lista Unitária de Ordenação Final (Anexo 1), dos candidatos aprovados nos dois métodos de seleção, será submetida à homologação pelo Dirigente Máximo do INA, acompanhada de todo o processo, designadamente as deliberações tomadas no âmbito do presente procedimento, incluindo as relativas à admissão e exclusão dos candidatos.

Após homologação a referida lista será afixada em local visível e público nas instalações do INA, em Lisboa, e disponibilizada na página eletrónica em www.ina.pt/ceagp, devendo ser, através de aviso publicado na 2ª Série do Diário da República, dada a conhecer a publicitação do ato de homologação.

A Lista Unitária de Ordenação Final contempla as alterações decorrentes do deferimento dado às alegações/solicitações da candidata ANA RITA ROQUE CORDEIRO.

Mais delibera o júri:

1. aprovar a Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos aprovados (Anexo 1), aplicadas as preferências e prioridades legalmente estabelecidas;
2. excluir do Procedimento Concursal os candidatos que faltaram, ou não tiveram nota igual ou superior a 12 valores no segundo método de seleção (Anexo 2);
3. dar conhecimento aos interessados das deliberações havidas.

Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Lisboa, 27 de agosto de 2013

O Presidente do Júri:

[Assinatura]
(Professor Doutor Zorro Mendes)

gpl/medeiros

O Vogal efetivo:

[Signature]
(Dr. David Alexandre Correia Ferraz)

O Vogal efetivo:

[Signature]
(Dr.º Fernando Vaz Medeiros)

Anexo 1: Lista unitária de ordenação final dos candidatos

ORDENAÇÃO NA LISTA	NIF OCULTADO	NOME	PRIORIDADE/ PREFERÊNCIA LEGAL	CANDIDATO APROVADO NOTA FINAL (PC.60%+EPS.40%)	ADMISSÃO AO CEAGP
1	192XXX032	PAULO JORGE MARTINS VAZ	0	14,760	ADMITIDO(A) AO CEAGP
2	202XXX569	NUNO MANUEL PAIVA DE OLIVEIRA	0	12,905	ADMITIDO(A) AO CEAGP
3	218XXX361	JOÃO PEDRO MAGALHÃES RIBEIRO	1	16,010	ADMITIDO(A) AO CEAGP
4	205XXX713	JOSÉ ANTÓNIO REIS PARDAL	1	15,346	ADMITIDO(A) AO CEAGP
5	205XXX966	PEDRO MIGUEL AFONSO LINO MORGADO	1	15,310	ADMITIDO(A) AO CEAGP
6	205XXX274	NELSON JOSÉ SEIXAS PACHECO GUERREIRO LOPES	1; 0	14,844	ADMITIDO(A) AO CEAGP
7	204XXX738	RICARDO FILIPE DUQUE PITA	1; 0	13,833	ADMITIDO(A) AO CEAGP
8	217XXX400	TÂNIA SOFIA VALÉRIO VENÂNCIO	1	13,568	ADMITIDO(A) AO CEAGP
9	232XXX989	PEDRO ALEXANDRE MARQUES FERREIRA	1	13,506	ADMITIDO(A) AO CEAGP
10	210XXX417	ADRIANA CELESTE SATURNINO CADETE SABINO	1	12,856	ADMITIDO(A) AO CEAGP
11	218XXX146	MARGARIDA ISABEL SILVA LEITE	2	15,560	ADMITIDO(A) AO CEAGP
12	201XXX438	JOHN SIMON SOARES AGUIAR	2	15,257	ADMITIDO(A) AO CEAGP
13	207XXX121	MARIA VÂNIA MARQUES ROSA	2	15,207	ADMITIDO(A) AO CEAGP
14	206XXX362	ÉLIO EMANUEL DE JESUS SANTOS	2	15,146	ADMITIDO(A) AO CEAGP
15	232XXX324	PEDRO JORGE DE MELO MARQUES	2	14,296	ADMITIDO(A) AO CEAGP
16	223XXX555	CARLA ALEXANDRA BELO MANETA	2	14,220	ADMITIDO(A) AO CEAGP
17	228XXX845	NUNO RODRIGO MENESES PEREIRA DA SILVA	2	13,457	ADMITIDO(A) AO CEAGP
18	223XXX831	VITOR LÁZARO GOMES PALHÔCO	2	13,256	ADMITIDO(A) AO CEAGP
19	241XXX289	SUSANA ALEXANDRA COELHO DUARTE	2	13,168	ADMITIDO(A) AO CEAGP
20	220XXX447	ANA RITA ROQUE CORDEIRO	2	12,696	ADMITIDO(A) AO CEAGP
21	208XXX410	PAULO CÉSAR PEREIRA PACHECO	3	15,959	ADMITIDO(A) AO CEAGP
22	212XXX777	LUCIANA PIRES FERREIRA	3	15,683	ADMITIDO(A) AO CEAGP
23	226XXX680	CATARINA INÊS CANHOTO VALÉRIO	3	15,585	ADMITIDO(A) AO CEAGP

gltm...
[Signature]

ORDENAÇÃO NA LISTA	NIF OCULTADO	NOME	PRIORIDADE/ PREFERÊNCIA LEGAL	CANDIDATO APROVADO NOTA FINAL (PC:60%+EPS:40%)	ADMISSÃO AO CEAGP
24	222XXX050	MARGARIDA MARECOS DO MONTE	4	18,237	ADMITIDO(A) AO CEAGP
25	212XXX685	NUNO FILIPE JESUS TAVARES	4	17,935	ADMITIDO(A) AO CEAGP
26	185XXX828	SARA FERREIRA BOWRING HORGAN	4	17,634	ADMITIDO(A) AO CEAGP
27	208XXX724	JOÃO TIAGO CALEJA DE PARRA DA SILVA	4	17,009	ADMITIDO(A) AO CEAGP
28	228XXX270	JOÃO FILIPE BRITO DA SILVA MELO	4	16,896	ADMITIDO(A) AO CEAGP
29	166XXX600	ANA CRISTINA DE OLIVAL SALGUEIRO RODRIGUES	4	16,733	ADMITIDO(A) AO CEAGP
30	226XXX199	CAROLINA MIL-HOMENS BATALHA DA SILVA BICHO	4	16,623	ADMITIDO(A) AO CEAGP
31	205XXX932	PATRÍCIA CATARINA DIAS PEREIRA LEÃO MINGACHO	4	16,596	ADMITIDO(A) AO CEAGP
32	249XXX657	RICARDO FILIPE AZINHEIRINHA FADISTA SIMÕES	4	16,546	ADMITIDO(A) AO CEAGP
33	215XXX172	MARISA ISABEL LAMEIRAS DA SILVA	4	16,496	ADMITIDO(A) AO CEAGP
34	219XXX810	JOSÉ ANTÓNIO GUERREIRO DE SOUSA	4	16,472	ADMITIDO(A) AO CEAGP
35	205XXX009	SÍLVIA CRISTINA DA SILVA GOMES	4	16,446	ADMITIDO(A) AO CEAGP
36	211XXX300	ANA RIBEIRO CRUZ	4	16,398	ADMITIDO(A) AO CEAGP
37	208XXX059	CLÁUDIA SOFIA ALEXANDRE SEQUEIRA	4	16,395	ADMITIDO(A) AO CEAGP
38	221XXX726	CRISTINA FILIPA DOS SANTOS RAMOS	4	16,373	ADMITIDO(A) AO CEAGP
39	204XXX258	LICETH MARIA DOS SANTOS DOS SANTOS	4	16,273	ADMITIDO(A) AO CEAGP
40	173XXX785	LUÍS MANUEL SANTOS CORREIA	4	16,161	ADMITIDO(A) AO CEAGP
41	225XXX386	ANTÓNIO JOSÉ FONTINHA VASCONCELOS	4; 0	16,060	ADMITIDO(A) AO CEAGP
42	238XXX672	ANA PAULA BARREIRA RODRIGUES	4	16,037	ADMITIDO(A) AO CEAGP
43	200XXX548	TIAGO ANDRÉ ARAÚJO GONÇALVES	4	16,011	ADMITIDO(A) AO CEAGP
44	217XXX318	TATIANA CARINA DUARTE VENTURA	4	16,010	ADMITIDO(A) AO CEAGP
45	226XXX346	ANABELA GAMEIRO ANTÓNIO	4	15,957	ADMITIDO(A) AO CEAGP
46	213XXX012	PAULO MIGUEL CASTELO BRANCO DE ALBUQUERQUE ALMEIDA	4	15,909	ADMITIDO(A) AO CEAGP
47	194XXX053	RITA MARIA XAVIER AMORIM TAVARES DA SILVA	4	15,796	ADMITIDO(A) AO CEAGP

ORDENAÇÃO NA LISTA	NIF OCULTADO	NOME	PRIORIDADE/ PREFERÊNCIA LEGAL	CANDIDATO APROVADO NOTA FINAL (PC.60%+EPS.40%)	ADMISSÃO AO CEAGP
48	200XXX764	CRISTINA ISABEL LIMA CARDOSO	4	15,771	ADMITIDO(A) AO CEAGP
49	213XXX310	SÓNIA NAZARÉ CUNHA COSTA SOARES	4	15,745	ADMITIDO(A) AO CEAGP
50	223XXX540	HUGO DAVID GUERREIRO DA SILVA	4	15,721	ADMITIDO(A) AO CEAGP
51	189XXX661	JOSÉ PEDRO RODRIGUES ANTUNES SALGADO	4	15,711	ADMITIDO(A) AO CEAGP
52	212XXX256	PAULA SANDRA BASTOS MONTEIRO	4	15,684	ADMITIDO(A) AO CEAGP
53	243XXX097	JORGE ANDRÉ MENDES DA CRUZ REIS PAREDES	4	15,632	ADMITIDO(A) AO CEAGP
54	227XXX140	MÁRIO RUI MORGADO GOMES	4	15,595	ADMITIDO(A) AO CEAGP
55	217XXX226	RAQUEL PRETO MIGUEL JARDIM CASCAIS	4	15,561	ADMITIDO(A) AO CEAGP
56	233XXX308	NUNO ALBERTO ANTUNES RAMOS	4	15,559	ADMITIDO(A) AO CEAGP
57	207XXX937	RUI MIGUEL ALVES MOURATO	4	15,498	ADMITIDO(A) AO CEAGP
58	244XXX393	VERA MÓNICA MARTELO MARÇAL SIMÕES	4	15,495	ADMITIDO(A) AO CEAGP
59*	200XXX618	ANDREA MARTINS DOS SANTOS	4	15,468	ADMITIDO(A) AO CEAGP
60*	258XXX634	RICARDO FILIPE MARQUES MAGALHÃES PINTO	4	15,468	ADMITIDO(A) AO CEAGP
61	177XXX645	ANA SOFIA GOMES MARTINS DA SILVA	4	15,398	ADMITIDO(A) AO CEAGP
62	229XXX187	JOANA RITA JESUS ALMEIDA PINHO CATALÃO	4	15,381	ADMITIDO(A) AO CEAGP
63	228XXX868	ANDRÉ GAMEIRA MATOS MILLER MENDES	4	15,335	ADMITIDO(A) AO CEAGP
64	230XXX320	CÁTIA DIANA LOPS MARQUES	4	15,321	ADMITIDO(A) AO CEAGP
65	225XXX115	EUGÉNIO DE JESUS ABREU	4	15,307	ADMITIDO(A) AO CEAGP
66	222XXX088	MARIA TERESA FRAGOSO REBELO ROGER DE SOUSA	4	15,271	ADMITIDO(A) AO CEAGP
67	226XXX229	ANA MARGARIDA CABRITA PAIS HOMEM	4	15,270	ADMITIDO(A) AO CEAGP
68	225XXX874	EUGÉNIO DA CÂMARA VELHO CORDOUIL	4	15,246	ADMITIDO(A) AO CEAGP
69	238XXX999	RITA COLAÇO COSTA	4	15,235	ADMITIDO(A) AO CEAGP
70*	166XXX248	NUNO RICARDO DA SILVA GOMES CABRITA	4	15,184	ADMITIDO(A) AO CEAGP
71*	221XXX420	PEDRO TIAGO RODRIGUES VIEIRA	4	15,184	ADMITIDO(A) AO CEAGP



ORDENAÇÃO NA LISTA	NIF OCULTADO	NOME	PRIORIDADE/ PREFERÊNCIA LEGAL	CANDIDATO APROVADO NOTA FINAL (PC.60%+EPS.40%)	ADMISSÃO AO CEAGP
72	200XXX490	JOÃO MIGUEL SOUSA MESTRE	4	15,170	ADMITIDO(A) AO CEAGP
73	203XXX823	MARGARIDA ISABEL DE ALMEIDA SERRANO RAMOS	4	15,157	ADMITIDO(A) AO CEAGP
74	232XXX350	SANDRO RICARDO VAZ VELHO DA SILVA PEREIRA	4	15,121	ADMITIDO(A) AO CEAGP
75	225XXX535	PEDRO MANUEL MACEDO PINHEIRO	4	15,109	ADMITIDO(A) AO CEAGP
76	219XXX013	ADRIANO MARCOS TEIXEIRA BARROS	4	15,098	ADMITIDO(A) AO CEAGP
77	207XXX918	SÍLVIA MARIA SIMÕES VAZ DUARTE	4	15,095	ADMITIDO(A) AO CEAGP
78	205XXX872	NUNO MIGUEL DUARTE ROSADO	4	15,072	ADMITIDO(A) AO CEAGP
79	227XXX082	JOÃO FILIPE RODRIGUES BATALHA DA SILVA FACA	4	15,070	ADMITIDO(A) AO CEAGP
80	226XXX830	MARIA JOÃO FRADE TEIXEIRA	4	15,045	ADMITIDO(A) AO CEAGP
81	207XXX727	ANTÓNIO MIGUEL OSÓRIO DA COSTA	4	15,020	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
82	231XXX695	GUILHERME AUGUSTO VENTURA DA FONSECA MARTINS DE OLIVEIRA	4	14,995	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
83	177XXX064	CARLA MANUELA GUERREIRO DA SILVA ALEIXO MARTINS	4	14,934	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
84	149XXX735	FILOMENA MARIA SEROMENHO BRABO	4	14,918	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
85	215XXX476	MARTA LUISA DOLORES SALGUEIRO LOUREIRO	4	14,910	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
86	219XXX935	CARLA ALEXANDRA DIAS MARIANO PEDROSO	4	14,909	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
87	217XXX515	LÍGIA ISABEL MILITÃO OLO QUARESMA	4	14,881	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
88	216XXX918	RUTE DE CARVALHO GERALDES	4	14,874	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
89	208XXX368	CARLOS ALBERTO SIMENTA TEÓFILO	4	14,871	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
90	194XXX238	PAULO JOSÉ DA MOTA CHAVES	4	14,845	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
91	217XXX938	MÁRIO JORGE DE ALMEIDA RODRIGUES	4	14,832	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
92	199XXX846	CATARINA ISABEL MADEIRA DA CONCEIÇÃO NUNES CARDOSO	4	14,820	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
93	234XXX462	ANA RAQUEL FARIAS CORREIA DOS SANTOS	4	14,799	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
94	240XXX220	EURICO DANIEL LAGOA DE MATOS	4	14,796	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
95	187XXX701	MARIA SUSANA FERREIRA DA SILVA DE CASTRO MENDES	4	14,784	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP

Handwritten signature and initials in blue ink.

ORDENAÇÃO NA LISTA	NIF OCULTADO	NOME	PRIORIDADE/ PREFERÊNCIA LEGAL	CANDIDATO APROVADO NOTA FINAL (PC:60%+EPS:40%)	ADMISSÃO AO CEAGP
96	200XXX144	JOÃO NUNO DE ALBUQUERQUE VEIGA ESTEVES	4	14,709	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
97	244XXX145	FRANCISCO JOSÉ TENREIRO AMADO MEIRINHOS GRANJO	4	14,706	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
98	203XXX229	PAULO JORGE SARAIVA FIGUEIREDO	4	14,698	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
99	208XXX626	PEDRO GARCIA CARDOSO	4	14,694	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
100	220XXX815	ANA CLÁUDIA MARCOS CARVALHO	4	14,634	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
101	212XXX114	TERESA JOSÉ LEÃO ISIDRO GALÓ	4	14,581	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
102	228XXX471	NUNO GONÇALO LOPES TEIXEIRA	4	14,546	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
103	220XXX720	ANA RAQUEL CRISTÓVÃO GIL REIS	4	14,533	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
104	210XXX628	INÊS DO NASCIMENTO E OLIVEIRA GOMES TEIXEIRA	4	14,509	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
105	227XXX306	SÍLVIA MARGARIDA RODRIGUES ESTEVENS	4	14,507	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
106	228XXX306	ANA RITA FERREIRA BRANCO	4	14,474	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
107	224XXX508	ANA CATARINA GONÇALVES MADALENO	4	14,470	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
108	225XXX465	JOSÉ MIGUEL PINTO DE ANDRADE PAIS	4	14,434	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
109	231XXX152	VANESSA NUNES RODRIGUES MARTINS DA SILVA	4	14,395	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
110	227XXX878	HUGO MIGUEL PEREIRA MARTINS GONÇALVES	4	14,334	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
111	216XXX076	HELDER ANTÓNIO ALJUSTREL VALENTE REIS	4	14,321	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
112	239XXX022	FRANCISCO JOSÉ DA SILVA GALAMAS	4	14,282	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
113	198XXX491	JOSÉ MANUEL DA SILVA GRÁCIO	4	14,244	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
114	248XXX320	MIGUEL ALEXANDRE BAIÃO JEREMIAS	4	14,234	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
115	207XXX217	ANA RITA FIGUEIRA COUTINHO	4	14,233	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
116	186XXX275	ISABEL SOFIA GARCIA DO VALE	4	14,220	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
117	220XXX841	MIGUEL ÂNGELO CORREIA DA COSTA	4	14,195	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
118	230XXX152	ANA MARGARIDA JÓIA ANACLETO	4	14,171	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
119	237XXX137	VANESSA MARIA COSTA DA SILVA	4	14,146	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP

gustavo
for
A

ORDENAÇÃO NA LISTA	NIF OCULTADO	NOME	PRIORIDADE/ PREFERÊNCIA LEGAL	CANDIDATO APROVADO NOTA FINAL (PC.60%+EPS.40%)	ADMISSÃO AO CEAGP
120	252XXX715	JESSICA GOMES VIEIRA PINTO	4	14,135	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
121	231XXX970	ANA RITA AIRES DE MORAIS CHAINHO	4	14,132	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
122	211XXX829	MARTA ISABEL CAMELO RAMOS	4	14,061	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
123	224XXX590	INÊS CLEMENTE ANTAS DA CUNHA	4	14,045	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
124	258XXX779	ANDRÉ FILIPE RIBEIRO DURÃO	4	14,034	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
125	206XXX905	ALEXANDRA MANUELA PEREIRA PINTO DE OLIVEIRA DIAS	4	14,032	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
126	216XXX459	CARLA ALEXANDRA PEREIRA CARDIGOS CAVACO FALCATO	4	14,031	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
127	210XXX200	JOÃO PEDRO FERNANDES FARINHA DE OLIVEIRA MARTINS	4	14,031	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
128	169XXX314	ISABEL SOFIA DAS NEVES DUARTE E MENDES MONTEIRO	4	13,982	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
129	214XXX402	FILIPE MIGUEL DE JESUS RAMOS LOPES	4	13,972	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
130	220XXX491	ANTÓNIO SAMUEL PEREIRA MARTINHO	4	13,933	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
131	214XXX163	JOANA RAQUEL BRAZETE MARQUES DE ALMEIDA	4	13,933	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
132	109XXX733	LUCINDA OLIVEIRA DAS NEVES	4	13,920	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
133	217XXX386	FILIPE ALEXANDRE DA SILVA PAULA	4	13,844	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
134	127XXX689	ANTÓNIO JOÃO VEIGAS AZEVEDO	4	13,832	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
135	205XXX847	ELSA CRISTINA MARQUES ALEXANDRE	4	13,707	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
136	242XXX041	DAVID SAMUEL ASSIS NÓVOAS	4	13,705	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
137	218XXX878	PAULA CRISTINA CATARINO COLAÇO	4	13,684	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
138	237XXX117	CLÁUDIA SOFIA GONÇALVES SAMPAIO	4	13,681	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
139	224XXX590	SANDRA ISABEL DOS SANTOS DE FARIA FERREIRA	4	13,585	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
140	254XXX588	CHRISTOPHER JOSEPH MAIA OLIVEIRA	4	13,520	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
141	164XXX644	LILIANA LOPES DOS SANTOS VIEIRA DE FREITAS	4	13,498	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
142	237XXX363	VANUZA DE SOUZA RODRIGUES VIANA	4	13,495	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
143	233XXX131	BRUNO ALEXANDRE HERBERT LEAL DE SEQUEIROS	4	13,348	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP

ORDENAÇÃO NA LISTA	NIF OCULTADO	NOME	PRIORIDADE/ PREFERÊNCIA LEGAL	CANDIDATO APROVADO NOTA FINAL (PC.60%+EPS.40%)	ADMISSÃO AO CEAGP
144	202XXX715	PAULA DE QUEIROZ RODRIGUES DE SOUSA LORETO	4	13,320	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
145	218XXX234	SANDRO DIOGO MARREIROS DINIS DE ALMEIDA	4	13,281	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
146	211XXX072	JOSÉ ANTÓNIO LOPES TEIXEIRA	4	13,245	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
147	207XXX097	LUÍS FILIPE DA CONCEIÇÃO SIMÕES	4	13,232	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
148	233XXX530	EVA JOSEFINA CALVETE TOMÉ	4	13,232	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
149	211XXX685	VÂNIA PATRICIA LOURO VASSALO	4	13,148	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
150	220XXX691	MARTA ISABEL FINO MARAU DA SILVA	4	13,144	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
151	213XXX118	ANDREA FABRÍZIA RIBEIRO DIAS	4	13,131	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
152	216XXX277	CLARA MARIA MARTINS MACHADO	4	13,068	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
153	210XXX178	MARIA LUÍSA DOS SANTOS PINTO SERRANO ISIDRO	4	13,009	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
154	207XXX357	ROSA MARIA ABREU DA SILVA COSTA SOARES	4	12,944	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
155	126XXX001	JOÃO ALEXANDRE ABREU MARQUES	4	12,907	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
156	210XXX499	LUÍS MANUEL MADUREIRA DE ALMEIDA	4	12,905	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
157	208XXX997	SÓNIA MAGDA FERNANDES LOMAR	4	12,856	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
158	245XXX747	CLÁUDIA ALEXANDRA DA CRUZ GARCEZ VAZ	4	12,748	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
159	219XXX819	PATRÍCIA ALEXANDRA DUARTE TORRES	4	12,746	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
160	242XXX509	EDUARDO DA SILVA DOMINGOS GERALDO FERNANDES	4	12,744	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
161	241XXX708	SOFIA PAIVA FERREIRA	4	12,695	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
162	207XXX160	FERNANDA DE JESUS AFONSO DE OLIVEIRA	4	12,668	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
163	225XXX675	ANA MARGARETE DA SILVA MORAIS FORTES	4	12,668	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
164	231XXX143	TIAGO LUIS SANTOS MAMEDE DA CRUZ	4	12,618	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
165	166XXX719	ANA CRISTINA BARRENTO NAVALHO	4	12,582	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
166	225XXX340	MARIA JOÃO PIRES SEQUEIRA	4	12,468	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
167	224XXX605	RICARDO MANUEL DIAS MARIANO	4	12,444	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP

Handwritten signature and initials in blue ink.

ORDENAÇÃO NA LISTA	NIF OCULTADO	NOME	PRIORIDADE/ PREFERÊNCIA LEGAL	CANDIDATO APROVADO NOTA FINAL (PC.60%+EPS.40%)	ADMISSÃO AO CEAGP
168	225XXX649	ANA SOFIA QUINTANILHA DA SILVA MARCÃO	4	12,432	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
169	202XXX610	SUZANA MARGARIDA DOS SANTOS CANDEIAS	4	12,368	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
170	224XXX940	MARTA ALMEIDA SILVA CASTELO BRANCO	4	12,261	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
171	206XXX502	JOANA MARGARIDA PESTANA SIMÕES LOPES DIONISIO	4	12,223	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
172	237XXX717	CLÁUDIA DE JESUS PINTO BRAVO	4	12,071	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP
173	219XXX889	SÍLVIA DE JESUS CRISPIM MARCOS	4	12,031	NÃO ADMITIDO(A) AO CEAGP

* Desempate de acordo com os critérios previstos no ponto 3 da Ata n.º 1 do júri.

Legenda da coluna "PRIORIDADE / PREFERÊNCIA LEGAL"

- o) nº 1 do art. 3º e art. 8º do Decreto-Lei n.º 29/2001 de 3 de fevereiro;
- 1) art.º. 51º, nº 1 alínea a) da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro;
- 2) art.º. 51º, nº 1 alínea b) da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro;
- 3) art.º. 51º, nº 1 alínea c) da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro;
- 4) art.º. 51º, nº 1 alínea d) da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro.

ptm...
[Signature]

Anexo 2: Lista de candidatos excluídos na sequência da aplicação do segundo método de seleção

	NOME	NIF	MOTIVO DA EXCLUSÃO
1.	ALEXANDRE BEMFEITO VAZ PEREIRA	200XXX314	NÃO APROVADO(A) EPS
2.	ANA CRISTINA CURRO GOUVEIA	214XXX992	NÃO APROVADO(A) EPS
3.	ANA MARTA MARQUES DUARTE DA PAZ	209XXX748	NÃO APROVADO(A) EPS
4.	ANA PATRÍCIA COIMBR SIMÕES	226XXX150	FALTOU
5.	ANA SOFIA SARAIVA DA SILVA	228XXX228	NÃO APROVADO(A) EPS
6.	ANABELA LOPES VAZ	200XXX730	NÃO APROVADO(A) EPS
7.	ANDREA PATRÍCIA COELHO IGREJA	234XXX495	NÃO APROVADO(A) EPS
8.	BETINA MARISA GOMES RUIVO	211XXX963	NÃO APROVADO(A) EPS
9.	CARLA MARIA DA CUNHA VIEIRA	163XXX520	NÃO APROVADO(A) EPS
10.	CARLA MARIA FREIRE ELÍSIO	201XXX210	NÃO APROVADO(A) EPS
11.	CATARINA RIBEIRO LOPES	246XXX912	NÃO APROVADO(A) EPS
12.	CELIA MARGARIDA TEIXEIRA CORREIA NATAL	217XXX482	NÃO APROVADO(A) EPS
13.	CÉSAR NUNO BRANCO SIMÕES	230XXX147	NÃO APROVADO(A) EPS
14.	FELISBELA ALEXANDRA DA CRUZ LOUÇÃO	218XXX165	NÃO APROVADO(A) EPS
15.	FRANCISCO CARDOSO ALVES DOS SANTOS	215XXX174	NÃO APROVADO(A) EPS
16.	GONÇALO ESTEVES PIRES RITA DOS SANTOS	209XXX309	NÃO APROVADO(A) EPS
17.	ISABEL CRISTINA VAZ FERNANDES	193XXX919	NÃO APROVADO(A) EPS
18.	ISABEL DO CARMO ROSA	205XXX689	NÃO APROVADO(A) EPS
19.	LUÍS FERNANDO DO NASCIMENTO TORRES	169XXX175	NÃO APROVADO(A) EPS
20.	MARIA CRISTINA PEIXOTO AFONSO LOPES	205XXX200	NÃO APROVADO(A) EPS
21.	MARIA ISABEL MARTINS FERNANDES	216XXX228	NÃO APROVADO(A) EPS
22.	MIGUEL FERNANDES BORGES SERRA	225XXX574	NÃO APROVADO(A) EPS
23.	MILENA DUARTE SERRANO	225XXX507	FALTOU
24.	NELSON GUERREIRO MENDES	216XXX718	NÃO APROVADO(A) EPS

gustavo
fu
AD

NOME	NIF	MOTIVO DA EXCLUSÃO
25. PAULA PINTO LEITE CABRAL OLIVEIRA	216XXX756	FALTOU
26. PAULO ALEXANDRE DA SILVA COSTA	223XXX148	NÃO APROVADO(A) EPS
27. PAULO ALEXANDRE PEREIRA RODRIGUES	193XXX947	NÃO APROVADO(A) EPS
28. PEDRO ALBERTO DE MELO AFONSO REIS DAS NEVES	238XXX972	NÃO APROVADO(A) EPS
29. PEDRO MANUEL PEREIRA TRIPA DIAS COSTA	220XXX183	FALTOU
30. PEDRO MIGUEL CARDOSO MARTINS	219XXX103	NÃO APROVADO(A) EPS
31. PEDRO MIGUEL MAGALHÃES GOMES	229XXX156	NÃO APROVADO(A) EPS
32. PEDRO MIGUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA	201XXX555	NÃO APROVADO(A) EPS
33. REGINA ALEXANDRA CORREIA GOMES FINO	211XXX749	NÃO APROVADO(A) EPS
34. RICARDO JOÃO CLARO MOLEIRO	218XXX909	NÃO APROVADO(A) EPS
35. RODRIGO FERNANDO DO NASCIMENTO MIRANDA	258XXX607	DESISTIU
36. SANDRA CRISTINA FÉLIX PACHECO DE MATOS	163XXX568	NÃO APROVADO(A) EPS
37. SANDRINA FERNANDES DOS SANTOS GUEDELHA	223XXX875	NÃO APROVADO(A) EPS
38. SARA MARIA QUARESMA BOAVIDA	209XXX145	NÃO APROVADO(A) EPS
39. SÉRGIO COSTA TEIXEIRA	242XXX221	NÃO APROVADO(A) EPS
40. SÉRGIO FILIPE TINOCO BEITO	220XXX774	FALTOU
41. SÍLVIA AMÉLIA RODRIGUES DE MESQUITA BORGES	266XXX918	NÃO APROVADO(A) EPS
42. SOFIA DA SILVA JORGE LOPES DA SILVA	223XXX027	NÃO APROVADO(A) EPS
43. TELMO JOSÉ GONÇALVES DUARTE SEROMENHO	222XXX657	NÃO APROVADO(A) EPS
44. VANESSA FILIPA DOS SANTOS SASPORTES	229XXX520	NÃO APROVADO(A) EPS